

# Relatório de Gestão

Exercício de 2016



Município de S. Pedro do Sul

## Índice

1. Introdução .....	1
1.1. Enquadramento.....	1
1.2. Organização Municipal .....	1
1.3. Enquadramento Económico.....	4
1.5. Síntese da Atividade Municipal .....	7
2. Execução Orçamental .....	14
2.1. Modificações Orçamentais.....	14
2.2. Execução Orçamental da Receita.....	15
2.3. Execução Orçamental da Despesa .....	24
2.4. Execução das Grandes Opções do Plano.....	34
2.5. Indicadores Orçamentais.....	40
3. Situação Económica e Financeira .....	43
3.1. Análise do Balanço .....	43
3.2. Análise da Demonstração de Resultados .....	47
3.3. Indicadores Económico-Financeiros .....	52
3.4. Análise dos Custos por Função .....	53
3.5. Evolução da Dívida Municipal.....	56
3.6. Limites da Dívida Total.....	58
4. Proposta de Aplicação dos Resultados.....	61
5. Factos Relevantes após o Termo do Exercício .....	62
6. Informação Complementar no âmbito do PAEL e da LCPA.....	63
6.1. Execução do Programa de Apoio à Economia Local .....	63
6.2. Informação relativa ao Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso.....	69
6.3. Declarações de Recebimentos em Atraso, Pagamentos em Atraso e Compromissos Plurianuais existentes a 31/12/2016.....	71

# 1. Introdução

## 1.1. Enquadramento

O Relatório de Gestão e os documentos que integram a prestação de contas referentes ao exercício de 2016 foram elaborados, em cumprimento do disposto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.

Neste documento relatam-se os principais acontecimentos que contribuíram para o desempenho orçamental e patrimonial do município e desenvolve-se uma análise às políticas prosseguidas, aos resultados obtidos e à situação económica e financeira desta autarquia, utilizando, para este efeito, os dados constantes das demonstrações financeiras e dos restantes mapas que integram os documentos de prestação de contas.

## 1.2. Organização Municipal

O Município de S. Pedro do Sul é representado por dois órgãos de matriz política, o órgão executivo e o órgão deliberativo, e ainda pela estrutura dos serviços municipais, que compreende o conjunto de unidades de cariz administrativo, técnico e operacional, responsável pela execução das atividades municipais de acordo com as suas atribuições e competências.

### Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul é constituída por 35 membros, dos quais 21 foram eleitos diretamente como deputados municipais e 14 desempenham as funções por inerência, na qualidade de Presidentes de Junta de Freguesia.

No presente mandato, os membros do órgão deliberativo têm a seguinte distribuição por forças partidárias:

**PS:** 19

**PSD:** 15

**Grupo de Cidadãos “Freguesia Valadares Sempre”:** 1

**Presidente:** Vítor Manuel Coelho Barros

### Câmara Municipal

O órgão executivo é composto por 7 membros, o Presidente e 6 Vereadores, a quem está incumbida a responsabilidade pela definição e execução das políticas e estratégias municipais, no âmbito das competências que lhes estão legalmente atribuídas.

**Presidente:** Vítor Manuel de Almeida Figueiredo

### **Vereadores:**

- *Adriano de Lima Gouveia Azevedo*

- *Francisco José de Matos*

Com competências delegadas/subdelegadas nas seguintes áreas: Urbanismo e Obras Particulares, Trânsito e Toponímia, Ordenamento do Território e Urbanismo, Ambiente e Salubridade, Mercados e Feiras, Gestão de Stocks, Defesa do Consumidor, Taxas e Licenças, PDM, Informática e Modernização Administrativa.

- *Alda Catarina Sequeira Rodrigues*

- *Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho*

Com competências delegadas/subdelegadas nas seguintes áreas: Educação, Cultura, Ação Social, Juventude e Tempos Livres, Saúde, Tecnologia e Inovação, Biblioteca e Museus.

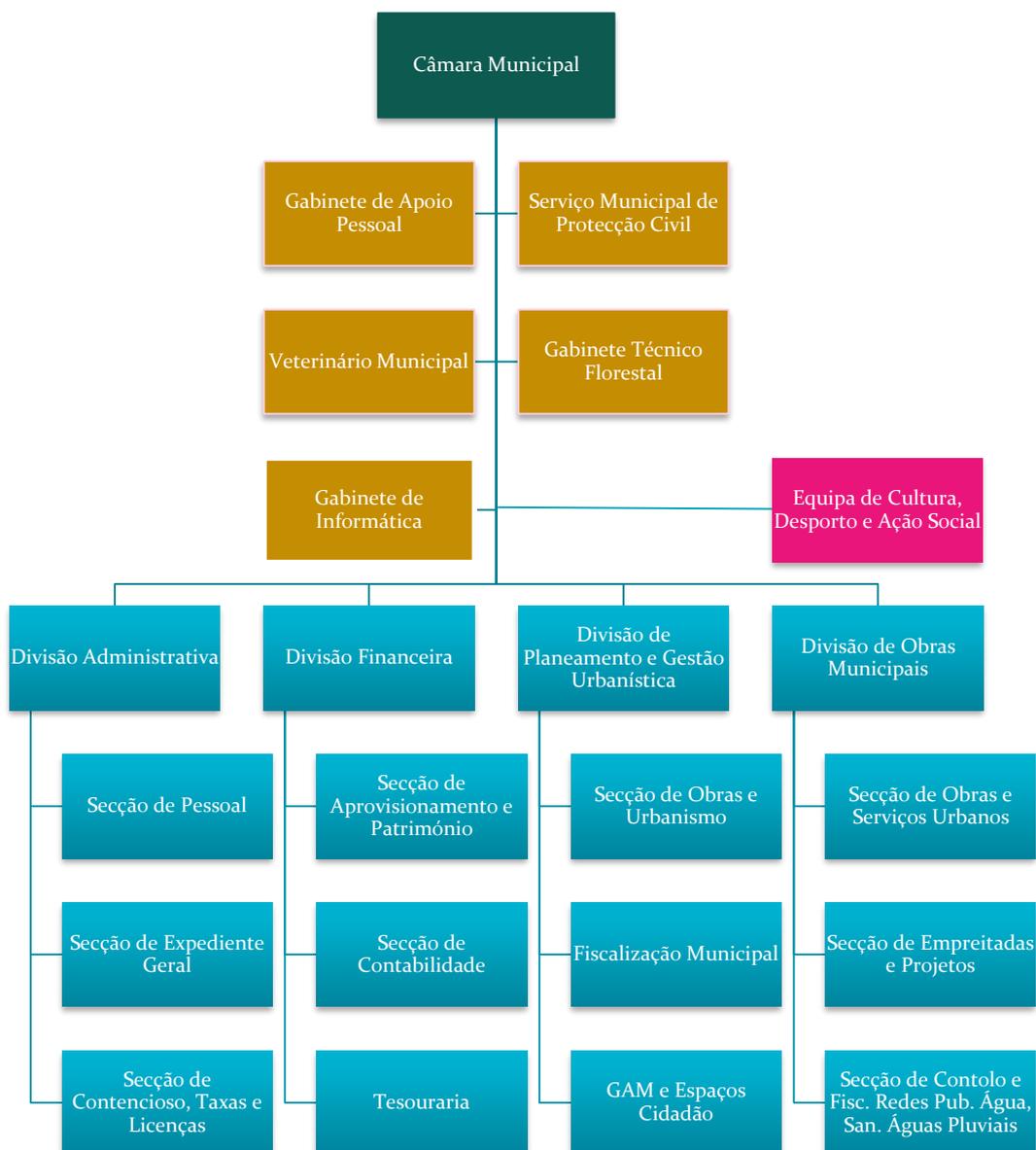
- *Rogério Fernandes Duarte*

- *Pedro Miguel Mouro Lourenço (Vice-Presidente)*

Com competências delegadas/subdelegadas nas seguintes áreas: Finanças e Gestão da Tesouraria, Reorganização Administrativa e Gestão Autárquica, Desenvolvimento Económico e Empresarial, Desporto, Termalismo, Recursos Humanos, Turismo e Promoção Concelhia, Cooperação Externa, Florestas e Desenvolvimento Rural, ADDLAP, Adrimag, Aprovisionamento, Inventariação, Património e Cemitérios.

## Estrutura dos Serviços

Os serviços municipais estão organizados de acordo com uma estrutura mista, que compreende uma estrutura matricial, composta por uma equipa multidisciplinar, e uma estrutura hierarquizada, composta por 4 unidades orgânicas flexíveis, 12 subunidades orgânicas e 5 serviços criados ao abrigo de legislação específica diretamente dependentes do Presidente da Câmara Municipal, organizados de acordo com o seguinte organograma:



### 1.3. Enquadramento Económico

Segundo dados divulgados recentemente, ao longo de 2016, a economia mundial apresentou características muito semelhantes às verificadas em 2015. Nas economias mais avançadas registou-se um crescimento económico moderado, ao passo que nas economias em desenvolvimento, as perspetivas foram mais otimistas, apesar da heterogeneidade entre os vários países. No global, segundo projeções do FMI, o ritmo de crescimento da economia mundial terá abrandado ligeiramente em 2016, registando um crescimento na ordem dos 3,1%, depois de ter registado em crescimento na ordem dos 3,2% no ano anterior. Esta desaceleração deverá ter resultado do impacto nas economias avançadas do aumento da incerteza no plano económico, político e institucional decorrente do resultado do referendo no Reino Unido e da instabilidade dos mercados financeiros, já que nos países emergentes, as expectativas mantiveram-se sem especiais variações.

Nos mercados financeiros registou-se alguma volatilidade face às perspetivas mais negativas relacionadas com o desempenho das economias a nível global. Porém, ao longo do ano as condições estabilizaram devido ao contributo de dados económicos mais favoráveis relacionados com o aumento dos preços do petróleo e dos estímulos monetários adicionais da zona euro. O comércio mundial, porém, terá registado uma desaceleração significativa, já que, segundo projeções da organização mundial do comércio, o seu crescimento terá ficado próximo de 1,7%, como consequência da maior volatilidade das economias e do abrandamento do crescimento mundial.

Na área do euro, de acordo com dados divulgados pelo BCE, confirma-se o abrandamento do crescimento económico homólogo, devendo o PIB real anual registar um crescimento de cerca de 1,7%. Este resultado deverá estar associado a uma desaceleração das exportações, ao comportamento contido do investimento, condicionado por um elevado endividamento privado e público e por ainda não se confirmarem os resultados conseguidos com as reformas dos mercados do produto e do trabalho implementadas nos últimos anos. A inflação deverá ter registado, no final do ano, taxas superiores a 1%, sobretudo devido à variação dos preços dos produtos energéticos, enquanto que a taxa de desemprego terá registado uma quebra continuada, situando-se, no final do ano, abaixo dos 10% (9,6% em dezembro).

Numa análise prospetiva divulgada recentemente, o BCE prevê que a expansão económica nos países do euro decorra a um ritmo moderado mas firme, beneficiando dos efeitos, na procura interna e na economia real, das medidas de política monetária implementadas, que vieram facilitar a desalavancagem dos agentes. A recuperação do investimento continuará a ser

promovido pela melhoria da rentabilidade das empresas e das condições mais favoráveis de financiamento, em paralelo com o rendimento disponível real das famílias e o consumo privado, que continuarão a registar progressos sustentados, em resultado das anteriores reformas estruturais. Contudo, o crescimento económico deverá, nos próximos períodos, ser atenuado por um ritmo moderado de implementação de reformas ainda necessárias e pelos ajustamentos que se impõem a diversos sectores da economia.

Neste contexto, segundo dados do Banco de Portugal, a economia portuguesa manteve, ao longo de 2016, muitas das características que têm marcado o período de recuperação económica em curso. O crescimento tem sido moderado e até inferior a anteriores ciclos económicos, condicionado pelos elevados níveis de endividamento público e privado, por uma evolução demográfica adversa e por um enquadramento macroeconómico associado a um fraco dinamismo da procura externa. Porém, a economia portuguesa demonstrou algum dinamismo, principalmente na segunda metade do ano, confirmado pelo desempenho registado no último mês de 2016, que se revelou como o melhor dos últimos meses. De acordo com dados recentes (do INE) o PIB nacional cresceu 1,4% no ano passado, um valor significativamente superior ao crescimento de 1,2% definido como meta pelo Governo.

A evolução do mercado de trabalho continuou a caracterizar-se pelo crescimento do emprego e pela redução marcada do desemprego, ainda num quadro de moderação salarial. Como reflexo deste desempenho, a taxa de desemprego foi de 10,2% em dezembro de 2016, menos 0,3 pontos percentuais (p.p.) do que no mês anterior e menos 0,7 p.p. em relação ao trimestre anterior, mantendo o movimento de queda registado desde 2013. O crescimento mais pronunciado do emprego, que contrasta com um crescimento moderado da economia, tem estado relacionado com melhorias das condições de trabalho e algum dinamismo em setores produtivos mais próximos do mercado exportador.

No que se refere aos preços, a economia portuguesa acompanhou, em 2016, a tendência verificada nas restantes economias europeias, verificando-se uma muito ligeira aceleração da subida dos preços no consumidor face a 2015, já que a taxa de inflação (medida pela variação anual do índice de preços ao consumidor) atingiu o valor de 0,6%. Segundo dados do INE, a aceleração de preços verificada principalmente na fase final do ano, foi determinada sobretudo pelo comportamento dos preços do subgrupo dos combustíveis e lubrificantes para equipamento para transporte pessoal, confirmando a influência dos produtos energéticos tal como se verificou nas variações de preços a nível europeu e mundial.

Para os próximos anos, segundo as projeções divulgados no último boletim económico do Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá manter a trajetória de recuperação moderada que tem caracterizado os anos mais recentes, devendo registar um ligeiro aceleramento no crescimento do PIB em 2017 e uma estabilização em taxas próximas de 1,5% nos dois anos seguintes. Este crescimento esperado até 2019 deverá ser próximo, embora inferior, ao projetado para a área do euro, não sendo suficiente para reverter o diferencial negativo acumulado entre 2010 e 2013, uma vez que persistem os constrangimentos estruturais ao crescimento da economia portuguesa, no qual assumem uma relevância especial os elevados níveis de endividamento, uma evolução demográfica desfavorável e a persistência de ineficiências nos mercados do trabalho e do produto.

Em face destas perspetivas, ainda segundo a mesma instituição, torna-se essencial que os responsáveis políticos continuem e aprofundem o processo de reformas estruturais, aumentando os incentivos à inovação, à mobilidade de fatores e ao investimento em capital físico e humano, criando desta forma condições para um aumento sustentado da produtividade e do potencial de crescimento da economia. Em complemento, revela-se também importante a manutenção de um enquadramento institucional e fiscal estável, que favorecerá o investimento, assim como, uma redução dos riscos associados ao sector financeiro e um esforço importante de redução do nível de dívida dos agentes económicos, associado à manutenção do empenho na consolidação orçamental que permite o controlo da dívida pública e a torna menos dependente de medidas externas de política monetária.

No caso mais particular da administração autárquica, os riscos existentes e as medidas adotadas no sentido de promover a manutenção do crescimento económico poderão influenciar de forma concreta e determinante o desenvolvimento de políticas de âmbito local, face à influência e importância que os instrumentos, especialmente financeiros, geridos por organismos do governo assumem na execução de projetos de proximidade e na afetação de recursos às necessidades mais evidentes das famílias e das pequenas e médias empresas. O caminho a prosseguir na política local e regional deverá ser empenhadamente solidária com o cumprimento das medidas de consolidação orçamental e de redução dos níveis de endividamento, que permitirão uma trajetória sustentada de progresso económico de que todos beneficiarão.

## 1.5. Síntese da Atividade Municipal

Ao longo do ano de 2016, a gestão municipal centrou-se na concretização de vários projetos de dimensões variáveis, muitos deles já iniciados em anos anteriores, com o objetivo principal de, através de medidas de proximidade implementadas em áreas consideradas prioritárias, garantir que a autarquia dispõe dos meios e das infraestruturas necessárias à prestação de serviços públicos adequados às necessidades dos munícipes e dos visitantes do concelho. A estratégia definida nos últimos 3 anos permitiu, assim, que para as diferentes áreas de atuação municipal fossem identificadas as debilidades e os desequilíbrios, para as quais foram estudadas as melhores formas de intervenção no sentido de avançar para a realização de ações e projetos necessários, tendo sempre presente a necessidade de otimização dos recursos disponíveis de modo a maximizar os resultados das iniciativas.

O levantamento e sinalização das intervenções necessárias tem conduzido à preparação de vários planos de ação que englobam várias medidas associadas a objetivos principais de atuação. Todavia, quer pelas incertezas vividas no plano económico nacional, conforme já se referiu no ponto anterior, quer principalmente pela situação económica e financeira do município, os planos de atuação não puderam ser implementados com a premência que se pretendia. A recuperação económica e financeira do município não foi uma tarefa fácil nem rápida e os compromissos assumidos anteriormente limitaram significativamente a margem de atuação dos responsáveis autárquicos, obrigando a uma constante avaliação das iniciativas, da sua repercussão financeira e do retorno esperado, de modo a evitar que uma decisão menos prudente pudesse por em causa o trabalho que, entretanto, se desenvolvera.

Neste contexto, as fontes de financiamento externas acabaram por ditar, inevitavelmente, o calendário e o ritmo de execução dos diferentes programas. Com uma posição financeira ainda frágil, o executivo municipal optou por planear as intervenções de maior dimensão e também de maior relevância, para os períodos em que estariam disponíveis incentivos financeiros, em especial, os fundos comunitários, já que sem cofinanciamento externo muitos dos planos não seriam sequer possíveis. O ano de 2016 foi, neste sentido, um período de mudança, traduzida na abertura de linhas de financiamento no âmbito dos fundos europeus de investimento, após um período em que a preocupação foi encerrar os projetos financiados ainda pelo quadro de incentivos anterior.

De acordo com este enquadramento, a atividade municipal englobou, no ano em análise, um conjunto de programas, projetos e ações nas diferentes áreas de atuação, que merecem referência

e destaque, devido à importância na dinâmica da entidade e na sua posição económica e financeira.

- Rede Vária

No âmbito da rede viária municipal, depois de consolidados os acessos à zona mais urbana do concelho através de ligações e variantes construídas em anos anteriores, e estando também reabilitados os arruamentos da zona central da cidade na sequência do projeto de requalificação urbana, os planos nesta área incidiram sobre as ligações rodoviárias nas freguesias, principalmente em vias de ligação entre núcleos populacionais, face à sua importância para a mobilidade e para o acesso aos eixos viários principais e às zonas onde se concentram as ofertas de comércio e serviços. Estas intervenções assumiram características muito diversificadas devido, por um lado, às diferentes dimensões dos projetos, e por outro, ao diferente estado das vias, tendo estas diferenças sido determinantes para a escolha das modalidades de intervenção, mais precisamente, para a escolha entre a administração direta municipal ou a empreitada de obras públicas.

Do conjunto de projetos executados através de empreitadas, destacam-se as repavimentações das estradas de Povos do Alto, de Adopisco e Ervilhal e de Vila Maior à Torre, que, não sendo projetos de grande dimensão, representam, em conjunto, investimentos muito significativos para o município, tanto pelos recursos necessários, como pela utilidade que têm para as populações que os utilizam. Para além de simples pavimentações, os serviços municipais avançaram também para projetos de maior abrangência que incluíram, em alguns casos, alargamento das vias e construções de muros de suporte ou barreiras delimitadoras de outra natureza, conferindo às vias de comunicação mais segurança e maior capacidade de tráfego, como são exemplos, a retificação da estrada de Serrazes, a requalificação da via de acesso a Negrelos, entre outras.

Para além destes projetos, no ano de 2016 foi também iniciado o planeamento de algumas ações relevantes na requalificação da rede viária a executar por empreitada, destacando-se a conclusão da variante ao Candal, a ligação de Pindelo dos Milagres à A24, as ligações em Pinho e Nespereira Alta, as requalificações de vias em Sul e Manhouce, e diversas outras intervenções planeadas um pouco por toda rede municipal, cuja realização ocorrerá nos próximos anos.

No âmbito da administração direta, foram realizados trabalhos de menor complexidade e que exigiram menores recursos, destacando-se a manutenção contínua e permanente de toda a rede viária, garantindo-se que, num curto espaço de tempo, é resolvida a maioria dos problemas

relativos à degradação das vias de comunicação, que ocorre, muitas vezes, por força das condições climatéricas adversas, mas também devido à utilização intensiva. Para que estes trabalhos sejam executados no mais curto espaço de tempo possível, a autarquia tem apostado na renovação de máquinas e equipamentos, assim como, no reforço dos trabalhadores das respetivas equipas de intervenção.

- Abastecimento de Água e Saneamento

Tal como vem sendo habitual, as redes públicas de abastecimento de água e de saneamento foram também objetivo de diversas intervenções de manutenção, remodelação e ampliação, para além das que estão incluídas nos projetos da rede viária já referidos. Sendo uma área extremamente deficitária em termos de cobertura, de qualidade de infraestruturas e de eficiência dos sistemas, no ano de 2016 foram desenvolvidos diversos trabalhos de ampliação de redes de saneamento, que incluíram também infraestruturas de tratamento de águas residuais e, em muitos casos, sistemas complementares de abastecimento de águas.

Neste âmbito foram iniciadas as empreitadas de construção e ampliação das redes de água e saneamento de Fermentelos e Figueiredo de Alva, de Rompecilha, assim como, a rede de saneamento e tratamento de Carvalhais e Covelo, que são projetos de grande importância e que permitem colmatar uma necessidade há muito reclamada pelos habitantes destas localidades. Para além destas intervenções nas redes, foi iniciada a construção das ETAR's de Sobral, Mosteirinho e de Goja e Sendas que irão complementar os investimentos existentes, criando sistemas de tratamento que tornam estas infraestruturas autónomas e mais eficientes.

Ainda na área de saneamento, ao longo de 2016 deu-se continuidade ao planeamento e aos trabalhos prévios à execução da ETAR Intermunicipal do Valgode, estando concluídos os estudos e projetos necessários, assim como, acordadas as aquisições ou serventias dos terrenos destinados à construção dos respetivos emissários. Sublinhe-se que este projeto, cujo valor global de investimento é superior a 4 milhões de euros, tem como principal objetivo a reformulação da antiga infraestrutura existente, que se encontra completamente obsoleta e com problemas graves de operacionalidade, e que serve uma parte significativa dos concelhos de S. Pedro do Sul e Vouzela.

A par destes projetos, mantiveram-se também as medidas necessárias para a manutenção das redes de abastecimento de água e saneamento existentes nas zonas em que as mesmas se vão tornando inoperacionais, assumindo a administração direta municipal, nestes casos, um peso

acrescido, já que se tem apostado nas equipas municipais para a realização de muitos dos trabalhos previstos de menor dimensão, porque possuem uma capacidade de resposta mais imediata para os problemas de interrupção ou rutura imprevistos.

- Educação

Na área da educação, depois de concluído o projeto de construção do novo centro escolar e com este equipamento a funcionar plenamente, deu-se continuidade aos trabalhos de remodelação/manutenção das infraestruturas existentes, quer no ensino básico, quer no ensino pré-escolar, que se revestem de acrescida importância para a qualidade das atividades letivas no concelho. Para além destes investimentos, foram igualmente mantidos, em coordenação com os respetivos agrupamentos escolares, programas complementares às atividades letivas oficiais, através da aposta nas atividades extracurriculares, nos prolongamentos de horário e em outras atividades complementares pontuais, sempre que foram identificadas necessidades ou justificadas pelos resultados obtidos.

- Cultura e Desporto

Nas áreas da cultura e desporto, a aposta centrou-se, como já habitual, na execução de projetos em colaboração regular com associações, clubes, instituições de âmbito social e outras organizações cívicas, e na cooperação pontual em projetos pessoais ou coletivos que promovem estas áreas e que, no fundo, pretendem concretizar os planos delineados para cumprimento das atribuições e competências municipais, sempre que é reconhecido o especial interesse público e concelhio. No âmbito desta atividade foram organizadas diversas manifestações culturais, com destaque para as festas da Cidade, floresta encantada, diversas feiras temáticas, entre muitos outros eventos, complementados com as iniciativas que compõem a programação do cine-teatro.

Foram também promovidas diversas atividades desportivas associadas a provas regulares ou pontuais nas diversas modalidades, destacando-se aqui, as provas de atletismo, de ciclismo/BTT, torneios de andebol, futsal, futebol, basquetebol, entre outros. Ainda no âmbito do desporto, foi mantido ao longo do ano, o calendário de percursos pedestres ou rotas, cuja adesão tem sido elevada e que permitem aliar a atividade física ao contacto com a natureza e com o património cultural e histórico do concelho. Para todos estes projetos, o município tem garantido, aos parceiros locais e aos participantes, a operacionalidade dos equipamentos que utilizam em condições especiais, como são os complexos desportivos, o estádio municipal, o cine-teatro, entre

outros, que têm exigido algum esforço para que funcionem regularmente e de acordo com as suas necessidades.

Associado ao património cultural concelhio, foi desenvolvido, na segunda metade do ano, o procedimento pré-contratual que levou à contratação da empreitada de valorização e reabilitação das Termas Romanas, que será executada em 2017 e 2018. Este projeto diferenciador, que dependia ainda das aprovações de financiamento comunitário e da disponibilização de parte da contrapartida nacional pelo Ministério da Cultura, está agora em condições de ser iniciado, permitindo a recuperação de um património de grande valor que estava totalmente deteriorado e desaproveitado.

- Ação Social

Na área social, manteve-se a preocupação da gestão municipal no apoio às famílias carenciadas e às suas habitações, bem como, aos alunos com dificuldades económicas para que pudessem frequentar, com as condições necessárias, o sistema de ensino nos diferentes níveis, incluindo o ensino superior. Houve ainda empenho dos serviços para que o programa de apoio à natalidade decorresse de forma eficaz e os apoios fossem atribuídos oportunamente, porque representam um apoio fundamental para os jovens casais em início de vida que optaram por ser pais, e porque contribuem, por um lado, para a inversão da tendência de envelhecimento da população do concelho, e, por outro, para a fixação de população jovem.

Mantiveram-se também iniciativas destinadas à população sénior com sucesso confirmado através da ampla adesão, designadamente, a universidade sénior, o dia do idoso, o programa de termalismo sénior, entre outros, que permitem aos aderentes um conjunto de iniciativas lúdicas e sociais, contribuindo para que não percam a dinâmica do dia-a-dia e mantenham um estilo de vida saudável e preenchido. Para além destas iniciativas, o município tem vindo a cooperar também com diversas IPSS's do concelho, integrando ou financiando projetos de relevante interesse municipal, ou participando em iniciativas no âmbito das respetivas valências.

- Turismo e Termalismo

Para além das áreas de intervenção direta, o município continua a manter uma preocupação especial com a área do Turismo, em especial na vertente de Termalismo, apesar da gestão desta atividade específica estar atribuída à empresa municipal Termalitur. O setor do Termalismo,

complementado com outras atividades turísticas em franco crescimento, é uma alavanca importante no desenvolvimento do nosso concelho e da região e permite a consolidação de outras atividades económicas direta ou indiretamente ligadas a esta, criando riqueza e emprego e contribuindo indubitavelmente para a coesão económica e social do concelho. Para além da manutenção das infraestruturas urbanas e dos equipamentos termais a um nível compatível com as exigências dos atuais utentes, tem-se apostado muito, nos últimos tempos, na promoção das termas e na criação de condições para que a atual situação económica e social dos estratos que representam a maior parte da procura termal não afete significativamente esta atividade. Esta aposta tem-se centrado no desenvolvimento e promoção de intervenções em ações que dinamizem as várias vertentes associadas às nossas termas, criem novas áreas de atuação, como é o caso do bem-estar e da dermocosmética, e captem novos públicos e novos mercados.

Associada às atividades do termalismo, a aposta da gestão municipal tem também como foco a exploração de outras potencialidades da região com valor turístico, aproveitando as características das zonas serranas do concelho, os rios que as atravessam, as aldeias com tradição e o diverso património histórico e cultural existente. Neste sentido, o município tem integrado parcerias e projetos intermunicipais e inter-regionais, principalmente em áreas de turismo sustentável e de natureza ou de promoção das tradições e costumes, como forma de adquirir escala que permita maior impacto junto dos públicos-alvo e resultados mais atrativos. Individualmente, o executivo municipal tem procurado centrar atenções e recursos na recuperação de diversos espaços públicos de interesse turístico, para além de incentivar e colaborar com proprietários de imóveis típicos e produtores locais de artigos tradicionais na valorização do seu património e dos seus conhecimentos. Em paralelo, os serviços municipais têm mantido a organização de eventos próprios de âmbito local, no sentido de criar oportunidades para estes proprietários e produtores divulgarem e as suas atividades.

- Modernização Administrativa e Gestão Financeira

Ao nível da organização administrativa, têm sido realizadas várias ações traduzidas em mudanças significativas na estrutura municipal, no sentido de a tornar mais atual e adaptada aos níveis de exigência da atividade municipal moderna, assente num conjunto de atribuições e competências cada vez mais abrangente. Depois de concretizados, com sucesso, dois projetos de modernização administrativa que visaram, no essencial, o reforço da capacitação informática interna, a melhoria das comunicações entre os serviços municipais e a disponibilização de alguns serviços on-line, este município avançou para um novo projeto intermunicipal, com o objetivo de dar continuidade às medidas de desmaterialização dos processos, ao incremento de serviços on-line

e à criação de novas ferramentas digitais que pretendem simplificar o trabalho técnico e administrativo, com o mesmo fim último de melhorar permanentemente a relação entre os munícipes e restantes utentes e os serviços municipais.

A nível financeiro, manteve-se o empenho do executivo municipal em garantir o equilíbrio da situação do município, que é fundamental para que a atividade municipal continue de forma sustentada e sem quaisquer penalizações. A dívida municipal e os níveis de endividamento foram reduzidos expressivamente, conforme se procura demonstrar ao longo do presente documento, e foram eliminados, na totalidade, os pagamentos em atraso, dando cumprimento ao principal objetivo da designada lei dos compromissos. Estas metas muito exigentes foram conseguidas sem recurso ao financiamento bancário e sem quaisquer outras formas de endividamento alternativas, garantindo-se, em paralelo, o cumprimento das exigências previstas no Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) e dos restantes normativos aplicáveis em matéria financeira.

## 2. Execução Orçamental

Os documentos previsionais de 2016 foram elaborados de acordo com as políticas definidas para a atividade municipal, à luz dos princípios orçamentais e das regras previsionais estipulados no POCAL, e, como tal, espelham objetivamente a estratégia da gestão municipal para o ano em análise. Num ambiente caracterizado ainda pela fragilidade económica e financeira dos agentes económicos e das instituições, e apesar dos sinais de recuperação evidentes, as linhas programáticas definidas e os recursos envolvidos traduzem uma atitude prudente na prossecução dos objetivos definidos para a ação municipal.

Neste capítulo analisa-se a execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, de acordo com os objetivos traçados, quer nas componentes da receita, quer na estrutura da despesa e nos investimentos programados, assinalando os desvios verificados e evidenciando os resultados obtidos, por comparação com o desempenho dos últimos exercícios. Apresentam-se, ainda, alguns indicadores adequados à análise dos mapas de natureza orçamental.

### 2.1. Modificações Orçamentais

Tal como referido, os documentos previsionais para 2016 foram elaborados de acordo com as regras e princípios em vigor e as estimativas realizadas, quer na arrecadação de receitas, quer na realização de despesas, tiveram por base estimativas realistas e rigorosas decorrentes das obrigações já assumidas, do quadro legal em vigor e das opções políticas municipais. Contudo, face à dinâmica própria da atuação municipal e à complexidade de gestão de algumas áreas de intervenção, surgiu, ao longo do exercício, a necessidade de se efetuarem diversos ajustamentos nas dotações inicialmente previstas, para corresponder a novas necessidades ou a situações em que o valor inicial se revelou insuficiente.

Durante o exercício em análise, foram efetuadas 22 alterações orçamentais e às grandes opções do plano (GOP) que consistiram essencialmente na transferência de dotações em excesso para rubricas com dotação insuficiente, adequando-as às reais necessidades decorrentes da atividade do município, assim como, na parte final do exercício, na eliminação de dotações em excesso consideradas desnecessárias. Realizaram-se, ainda, duas revisões orçamentais com objetivos distintos, já que a primeira visou essencialmente a incorporação orçamental do saldo da gerência anterior e a adequação das previsões das transferências provenientes do Orçamento de Estado

aos valores aprovados para 2016, enquanto que a segunda teve por objetivo a criação de novos projetos nas GOP e a incorporação das correspondentes dotações no orçamento.

Quadro 1 - Modificações Orçamentais

Designação	Dotações Iniciais	Reforços	Anulações	Dotações Corrigidas
Receita	20.502.486 €	943.467 €	4.411.731 €	17.034.222 €
Despesa	20.502.486 €	3.113.401 €	6.581.666 €	17.034.222 €
GOP	7.210.106 €	1.393.374 €	4.959.888 €	3.643.592 €

\*Valores arredondados à unidade

Em termos globais, as modificações orçamentais efetuadas implicaram uma diminuição do valor total do orçamento, passando do valor inicial de 20,502 milhões de euros, para um valor final corrigido de 17,034 milhões de euros. Nas GOP, as modificações provocaram uma diminuição do financiamento definido em cerca de 3,5 milhões de euros, passando de um valor inicial de 7,210 milhões de euros, para montante final de 3,644 milhões de euros.

## 2.2. Execução Orçamental da Receita

As receitas totais arrecadadas em 2016 totalizaram 14,518 milhões de euros, distribuídas entre receitas correntes, no valor de 12,574 milhões de euros, e receitas de capital, que totalizaram 1,843 milhões de euros. As contas englobadas em “outras receitas” conforme definido no classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002 registaram valores menos significativos, uma vez que incluem apenas receitas de carácter residual e de ocorrência pontual. Em 2016 registaram cerca de 101 mil euros correspondente ao valor do saldo da gerência anterior, que foi incorporado como receita orçamental através de revisão ao orçamento.

Quadro 2 - Execução das Receitas por Natureza

Designação	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Taxa de Execução
Receitas Correntes	14.800.655,00 €	12.573.790,17 €	84,95%
Receitas de Capital	2.117.607,00 €	1.842.761,62 €	87,02%
Outras Receitas	115.959,82 €	101.412,82 €	87,46%
<b>Total</b>	<b>17.034.221,82 €</b>	<b>14.517.964,61 €</b>	<b>85,23%</b>

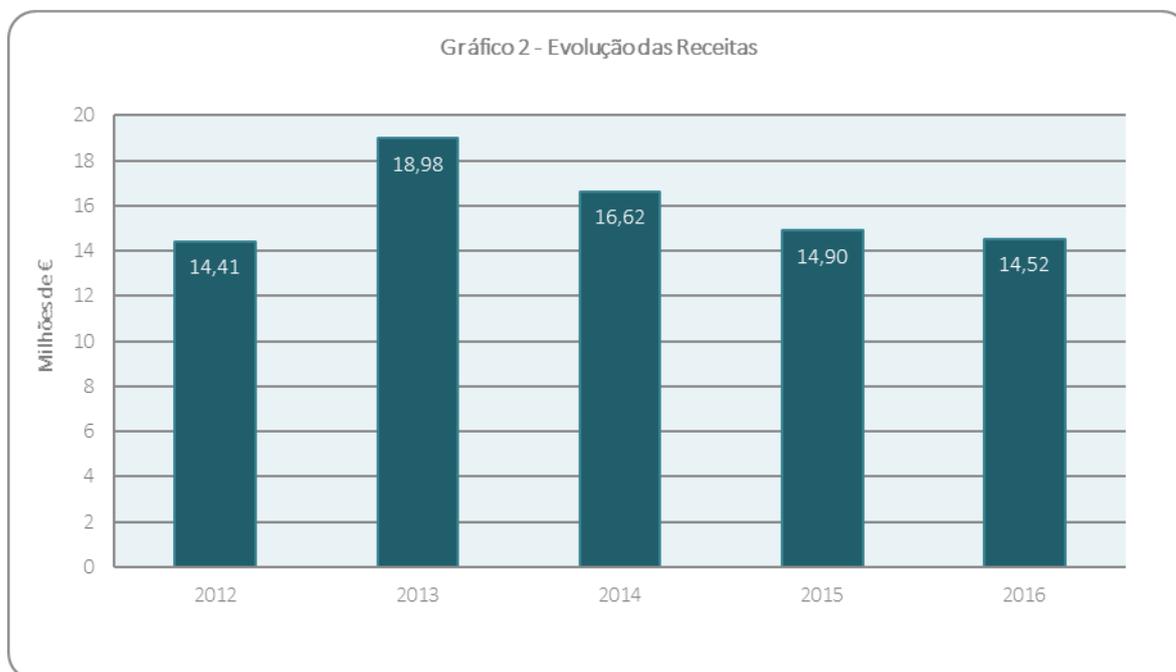
A distribuição das receitas por natureza não apresentou significativas diferenças em relação ao que se tem verificado em anos transatos, cabendo às receitas correntes um peso de 86% no total, enquanto que as receitas de capital representam cerca de 13% dos valores totais apurados. Este relativo desequilíbrio na distribuição das receitas por natureza, que se tem agravado nos últimos exercícios, resulta essencialmente da composição da estrutura de cada um dos agregados, já que é precisamente nas receitas correntes que se concentram os capítulos com maior expressão nas receitas municipais, como as transferências correntes, os impostos, taxas e preços, entre outras, enquanto que as receitas de capital têm características muito distintas daquelas, com maior volatilidade e dependência de fatores externos.



O desempenho orçamental do exercício permitiu a obtenção de uma taxa de execução de cerca de 85%, em linha com o valor alcançado nos dois últimos exercícios, como consequência de um controlo orçamental permanente que motivou várias correções ao longo do ano, contribuindo para ajustar as receitas obtidas às despesas assumidas. Ao contrário do habitual, no exercício de 2016 o valor das receitas de capital cobradas aproximou-se mais do valor das respetivas previsões corrigidas do que o valor das receitas correntes, alcançando-se, contudo, taxas de execução semelhantes, na ordem dos 87% e 85% respetivamente, evidenciando um volume bastante reduzido de receitas previstas e não cobradas e de despesas realizadas e não pagas.

Pela análise da evolução das receitas totais nos últimos cinco exercícios, pode concluir-se que o montante registado em 2016 apresentou um ligeiro decréscimo em relação aos valores do ano anterior, não ficando, todavia, longe da média dos valores arrecadados nos últimos anos, com exceção do exercício de 2013, que foi influenciado pela arrecadação do financiamento proveniente

do PAEL. Apesar disso, é habitual verificarem-se oscilações ao longo dos exercícios em função da atividade municipal, na proporção, sobretudo, das variações das receitas de capital destinadas a financiar os investimentos.



### Receitas Correntes

À semelhança dos anos anteriores, a execução das receitas correntes esteve em 2016 bastante dependente dos artigos que compõem o capítulo de *transferências correntes*, cuja receita arrecada atingiu os 7,582 milhões de euros, ou seja, cerca de 60% do total das receitas desta natureza. O peso deste capítulo da receita deve-se, em grande parte, ao montante das receitas provenientes do Orçamento de Estado que aqui estão incluídas, mais precisamente, o Fundo de Equilíbrio Financeiro na parte corrente, a participação no IRS e o Fundo Social Municipal, que representam, em conjunto, 91% do valor global daquela contribuição. Inclui também outras transferências obtidas para financiamento de atividades correntes de várias áreas de atuação, das quais se destacam, os valores recebidos no âmbito do funcionamento do ensino pré-escolar e básico, as receitas para pagamento de beneficiários de medidas de apoio ao emprego, entre outras de idêntica natureza. Tendo em conta que são receitas previamente determinadas, a sua taxa de execução aproximou-se dos 99%, não sendo de registar qualquer desvio significativo aos valores das previsões efetuadas.

O capítulo relativo a *impostos diretos* manteve a execução próxima do habitual, tendo sido arrecadados cerca de 1,942 milhões de euros referentes aos vários impostos municipais. A taxa de execução deste capítulo situou-se em 97%, sendo inferior aos registos de exercícios anteriores, já que durante alguns anos os valores cobrados ultrapassaram as previsões efetuadas, como consequência do aumento constante e gradual das receitas de IMI. No exercício de 2016, as receitas deste imposto sofreram uma quebra, influenciando, por si só, a execução do capítulo, uma vez que os restantes impostos diretos – IUC, IMT e Derrama – registaram receitas superiores, confirmando a trajetória positiva verificada nos últimos anos associada, por um lado, à recuperação financeira dos agentes económicos locais, e por outro, às alterações legislativas introduzidas em períodos transatos.

As contas de *rendimentos da propriedade* registaram também um valor bastante significativo na estrutura das receitas correntes, atingindo cerca de 1,512 milhões de euros, o que equivale a cerca de 12% do total corrente. Tendo em consideração que este capítulo engloba, sobretudo, a renda proveniente da concessão da rede de energia elétrica, a compensação pela exploração dos parques eólicos e as contrapartidas relativas à exploração termal, os desvios registados nestas contas resultam das variações que ocorrem na obtenção destas receitas, em especial, nas provenientes da exploração dos parques eólicos e da atividade termal. No ano em análise, as variações registadas nestas duas componentes foram relevantes devido, por um lado, ao atraso na implementação de projetos associados ao aumento de capacidade dos parques eólicos instalados, e por outro, ao adiamento do pagamento de contrapartidas financeiras da atividade termal previstas até ao final de 2016. Por estes motivos, a taxa de execução do capítulo *de rendimentos da propriedade* situou-se em 41%, muito abaixo da média registada nas restantes receitas correntes.

Devem destacar-se, ainda, as contas englobadas no capítulo *venda de bens e serviços correntes*, que registaram um montante de receita arrecadada de 1,189 milhões de euros, alcançando uma taxa de execução significativamente superior às obtidas em anos anteriores, na ordem dos 105%. Este desempenho orçamental bastante positivo, que permitiu que os valores cobrados excedessem as previsões, ficou a dever-se ao aumento do valor das receitas relativas a diversos bens e serviços prestados, com destaque para o sistema municipal de abastecimento de água. Note-se que, face ao conjunto de serviços que lhes estão associados e à reconhecida irregularidade de muitos destes, os valores obtidos são assinaláveis e confirmam os resultados das medidas adotadas relativamente à melhoria dos mecanismos de controlo, liquidação e cobrança de taxas e preços, e à otimização do funcionamento dos vários sistemas municipais, com destaque para os serviços urbanos e a educação.

Os restantes capítulos de natureza corrente registaram valores significativamente menores, tendo, por este motivo, um peso pouco expressivo na estrutura das receitas. Destes, podem destacar-se as *taxas, multas e outras penalidades*, no âmbito das quais foram obtidas receitas de perto de 290 mil euros, refletindo também um excesso em relação às previsões efetuadas, na sequência do aumento dos valores das taxas de loteamentos e obras e do sistema de saneamento. As contas de *impostos indiretos* apresentaram valores pouco expressivos, em resultado da reduzida incidência das diversas taxas nos processos aqui considerados, tendo, contudo, registado um montante superior ao previsto, tal como se verificou em capítulos referidos anteriormente. O capítulo de *outras receitas correntes*, que abarca um grupo de artigos residuais e de incidência pontual e irregular, registou, em 2016, um montante na ordem dos 45 mil euros, em linha com os valores das previsões corrigidas.

Quadro 3 - Grau de Execução das Receitas Correntes

Designação	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Taxa de Execução
Impostos diretos	2.007.889,00 €	1.942.341,79 €	96,74%
Impostos indiretos	11.442,00 €	13.642,75 €	119,23%
Taxas, multas e outras penalidades	238.887,00 €	289.952,30 €	121,38%
Rendimentos da propriedade	3.664.565,00 €	1.512.442,80 €	41,27%
Transferências correntes	7.695.832,00 €	7.581.588,67 €	98,52%
Venda de bens e serviços correntes	1.137.098,00 €	1.188.820,20 €	104,55%
Outras receitas correntes	44.942,00 €	45.001,66 €	100,13%
<b>Total</b>	<b>14.800.655,00 €</b>	<b>12.573.790,17 €</b>	<b>84,95%</b>

A comparação dos valores das receitas correntes com os alcançados no ano anterior permite concluir que o valor global destas receitas diminuiu cerca de 2,51%, como consequência, em grande parte, do desempenho dos artigos de *rendimentos da propriedade*, que, em termos absolutos, registaram uma quebra superior a 362 mil euros. Também os capítulos de *impostos diretos, outras receitas correntes e taxas, multas e outras penalidades* sofreram diminuições, ainda que menos expressivas, justificando, em conjunto, um decréscimo de cerca de 149 mil euros nas receitas correntes do exercício, decorrentes de variações específicas associadas a diversos motivos já referidos anteriormente.

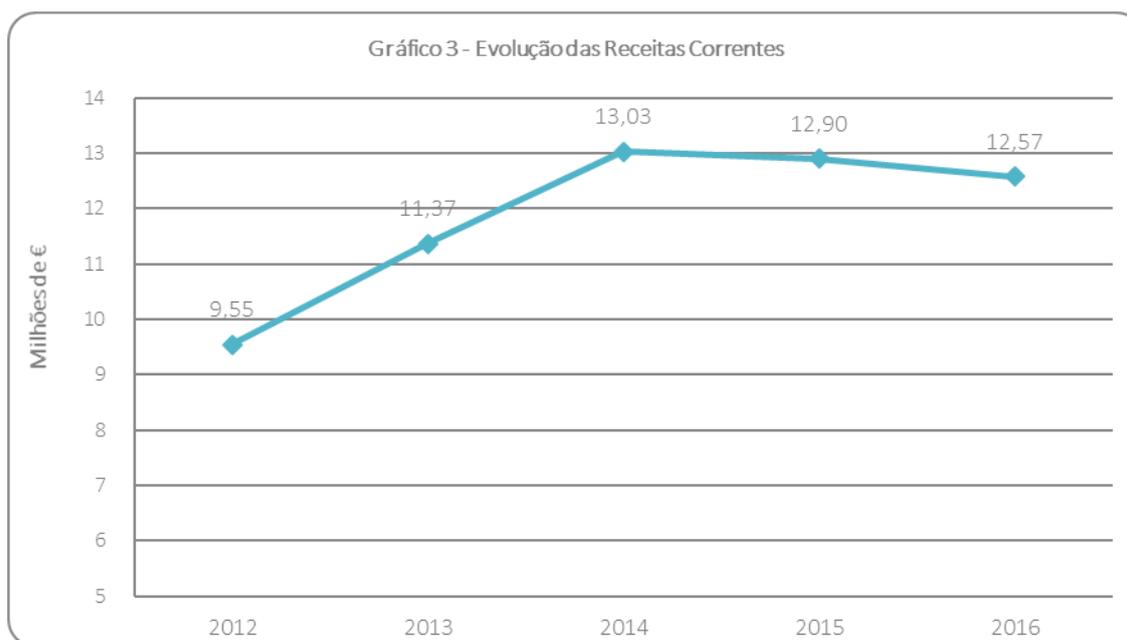
Em sentido contrário, mas em dimensão insuficiente para compensar os decréscimos registados, os capítulos de *venda de bens e serviços correntes, transferências correntes e impostos indiretos* apresentaram desempenhos positivos em relação aos valores de 2015, com um aumento global de perto de 188 mil euros. Deve contudo sublinhar-se que a comparação das receitas obtidas entre anos é determinantemente condicionada pelos fatores conjunturais que justificam as diferenças

nas contas de *rendimentos de propriedade*, já que, excluindo o impacto destas, as variações registadas são de pouca relevância e estão associadas a fatores sem significado especial e sem ligação às estratégias adotadas.

Quadro 4 - Comparação das Receitas Correntes Cobradas

Designação	2016	2015	Var. 15/16
Impostos directos	1.942.341,79 €	1.996.469,53 €	-2,71%
Impostos indirectos	13.642,75 €	11.903,43 €	14,61%
Taxas, multas e outras penalidades	289.952,30 €	304.352,74 €	-4,73%
Rendimentos da propriedade	1.512.442,80 €	1.874.721,76 €	-19,32%
Transferências correntes	7.581.588,67 €	7.443.993,53 €	1,85%
Venda de bens e serviços correntes	1.188.820,20 €	1.140.639,18 €	4,22%
Outras receitas correntes	45.001,66 €	125.153,13 €	-64,04%
<b>Total</b>	<b>12.573.790,17 €</b>	<b>12.897.233,30 €</b>	<b>-2,51%</b>

Da comparação com os valores das receitas correntes cobradas nos últimos 5 anos, pode concluir-se que o valor obtido em 2016 decresceu face aos valores dos dois exercícios anteriores, sendo, porém, superior às receitas dos exercícios de 2012 e 2013. Deve, porém, ter-se em conta que, os montantes das receitas correntes registados nos últimos exercícios estão influenciados pela alteração da distribuição das transferências provenientes do Orçamento de Estado por natureza, bem como, pelo aumento da cobrança de impostos diretos como resultado de alterações legislativas recentes e das reavaliações de imóveis efetuadas.



## Receitas de capital

Para as receitas de capital obtidas em 2016 contribuíram, com maior peso relativo, os artigos respeitantes a *transferências de capital*, que registaram um valor total cobrado na ordem dos 964 mil euros, representando cerca de 52% do total das receitas desta natureza e cerca de 78% do valor total das previsões corrigidas para o mesmo ano. A importância deste capítulo nas receitas de capital deve-se, no essencial, aos valores das transferências recebidas do Fundo de Equilíbrio Financeiro (parte de capital) e às participações recebidas para projetos de investimento, registando, estas últimas, variações significativas decorrentes da disponibilidade de financiamentos externos, que são em muitos casos dependentes dos objetivos e do calendário das medidas que os suportam, e dos processos por vezes complexos do lado dos investimentos. Apesar destes fatores, a execução destas contas foi acompanhada ao longo do exercício e foram efetuados vários ajustamentos que permitiram a aproximação das previsões à sua realização efetiva.

As receitas englobadas no capítulo de *passivos financeiros* apresentaram o segundo valor mais elevado das receitas de capital, no montante de 600 mil euros, que corresponderam ao recebimento das verbas do empréstimo de curto prazo contratualizado para o ano em análise, uma vez que não foi contratado qualquer outro financiamento enquadrável neste capítulo. Por este motivo e atendendo a que a previsão das receitas de empréstimos é apenas reconhecida, em termos orçamentais, com a respetiva contratação, a taxa de execução foi de 100%.

Os processos de *venda de bens de investimento* do município permitiram a obtenção de uma receita superior a 279 mil euros, em linha com os montantes estimados. Refira-se que as estimativas para os valores deste capítulo têm vindo a ser limitadas por normas incorporadas nas leis que aprovaram os Orçamentos de Estado, porém, ao longo do exercício, estas previsões foram ajustadas atendendo ao resultado bastante positivo de vários procedimentos, que permitiram a arrecadação de valores superiores aos inicialmente estimados.

Os restantes capítulos das receitas de capital não apresentaram qualquer execução no ano em análise, conforme vem sendo habitual, uma vez que dizem respeito a *ativos financeiros*, que incluem receitas muito específicas relacionadas com resultados de operações financeiras que não têm ocorrido, e *outras receitas de capital*, que englobam várias rubricas de carácter residual e sem qualquer expressão na estrutura orçamental.

Quadro 5 - Grau de Execução das Receitas de Capital

Designação	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Tx. Execução
Venda de bens de investimento	279.389,00 €	279.168,50 €	99,92%
Transferências de capital	1.238.168,00 €	963.593,12 €	77,82%
Ativos financeiros	40,00 €	0,00 €	0,00%
Passivos financeiros	600.000,00 €	600.000,00 €	100,00%
Outras receitas de capital	10,00 €	0,00 €	0,00%
<b>Total</b>	<b>2.117.607,00 €</b>	<b>1.842.761,62 €</b>	<b>87,02%</b>

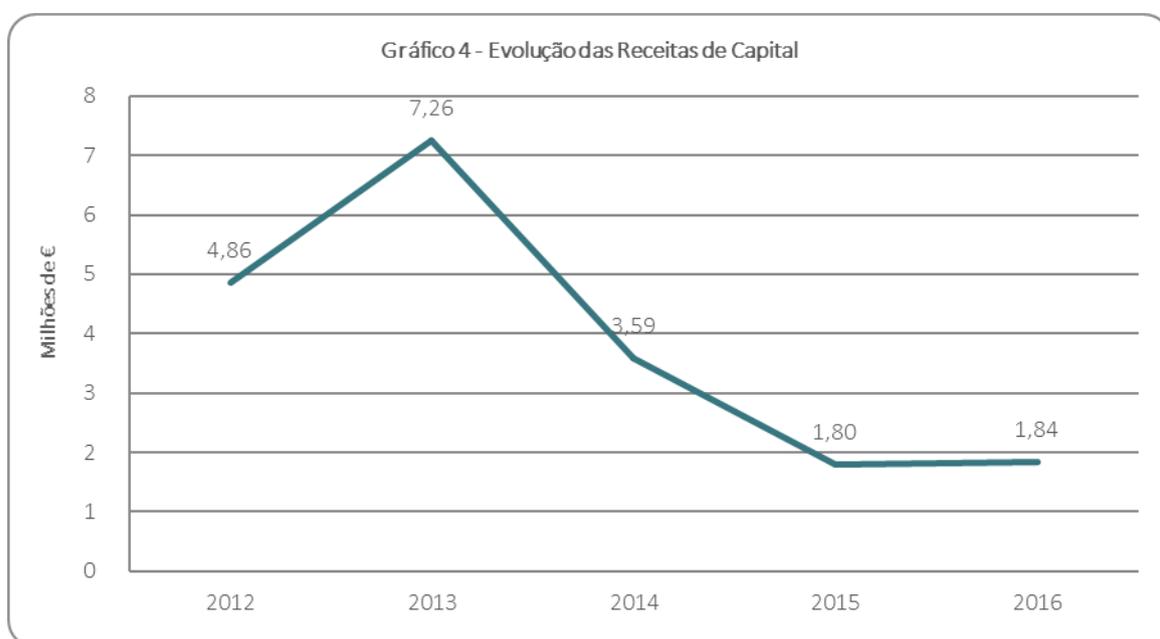
Comparando a execução das receitas de capital do exercício em análise com o exercício anterior, constata-se que o seu valor registou um aumento de perto de 3%. Para esta variação contribuiu, em larga medida, a diferença das receitas arrecadadas nos artigos de *venda de bens de investimento*, em resultado de diversas operações bem sucedidas de alienação de imóveis em inatividade, designadamente, antigas escolas desativadas, instalações dos serviços que ficaram inoperacionais e vários prédios rústicos, refletindo o empenho do executivo municipal na rentabilização de património sem utilidade na esfera municipal. As contas englobadas neste capítulo registaram mais 185 mil euros, o que corresponde a uma variação relativa de 197%.

Os restantes capítulos das receitas de capital registaram variações negativas, ainda que menos expressivas do que o aumento verificado na *venda de bens de investimento*. As *transferências de capital* registaram um ligeiro decréscimo em relação ao ano anterior, na ordem dos 8%, como consequência da redução dos valores de transferências para financiamento de investimentos e de uma pequena redução do valor do Fundo de Equilíbrio Financeiro, em resultado de um erro na distribuição dos valores por natureza aquando do lançamento do duodécimo de junho. As contas de *passivos financeiros* sofreram também uma redução na ordem dos 8%, em resultado da diminuição do valor do empréstimo de curto prazo contratado para o exercício.

Quadro 6 - Comparação das Receitas de Capital Cobradas

Designação	2016	2015	Var. 15/16
Venda de bens de investimento	279.168,50 €	93.964,40 €	197,10%
Transferências de capital	963.593,12 €	1.051.607,63 €	-8,37%
Ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00%
Passivos financeiros	600.000,00 €	650.000,00 €	-7,69%
Outras receitas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00%
<b>Total</b>	<b>1.842.761,62 €</b>	<b>1.795.572,03 €</b>	<b>2,63%</b>

Alargando o intervalo de comparação dos valores das receitas de capital aos últimos 5 exercícios, pode constatar-se uma oscilação significativa dos valores recebidos entre os anos, em consonância com a maior ou menor execução de projetos com financiamento externo, que influenciam consideravelmente o desempenho orçamental destas contas. Para além deste fator, que justifica parte dos montantes arrecadados em 2014 e anteriores, sobressai ainda, nesta análise, o impacto das verbas recebidas no âmbito do PAEL, que tornaram o ano de 2013 numa exceção, permanecendo como o período com melhor execução dos últimos anos. Deve ainda ter-se presente nesta análise que o montante alocado à componente de capital do Fundo de Equilíbrio Financeiro foi reduzido desde 2012, por contrapartida do aumento do valor corrente, passando de 40% do valor total até esse ano, para 20% em 2013 e 10% em 2014 e seguintes.



### **Outras Receitas**

São consideradas outras receitas, conforme definido no classificador económico, as receitas que, pela sua natureza e características, não se consideram correntes ou de capital, e, como tal, apresentam normalmente valores sem significado e peso na estrutura global das receitas municipais. No exercício de 2016 foram aqui incluídos os montantes do *saldo da gerência anterior*, no valor de 101 mil euros, assim como, as *reposições não abatidas nos pagamentos*, cujo montante cobrado foi muito inferior ao valor previsto e liquidado.

Quadro 7 - Execução de Outras Receitas

Designação	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Tx. Execução
Reposições não abatidas nos pag.	14.622,00 €	75,00 €	0,51%
Saldo da gerência anterior	101.337,82 €	101.337,82 €	100,00%
<b>Total</b>	<b>115.959,82 €</b>	<b>101.412,82 €</b>	<b>87,46%</b>

### 2.3. Execução Orçamental da Despesa

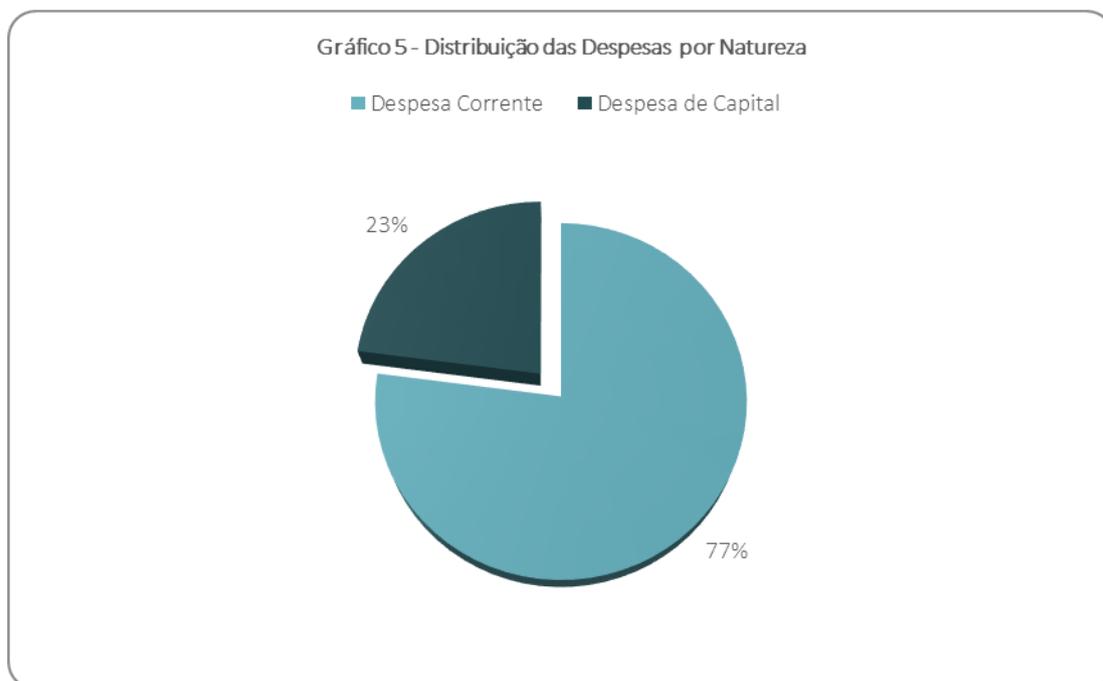
No exercício de 2016, as despesas pagas totalizaram 14,445 milhões de euros, das quais cerca de 11,131 milhões de euros corresponderam a despesas correntes, enquanto que cerca de 3,314 milhões de euros se referiram a despesas de capital. Em termos relativos, a distribuição das despesas por natureza manteve a tendência de anos anteriores, confirmando o maior peso das despesas correntes no total, na ordem dos 77%, ao passo que as despesas de capital representaram apenas cerca de 23% do total das despesas do exercício. A distribuição dos valores pelas rubricas das diferentes naturezas tem registado algumas flutuações, em função naturalmente das opções políticas e de gestão do município, que têm sido influenciadas pela disponibilidade de fontes de financiamento da atividade autárquica, com especial importância para os fundos comunitários.

Quadro 8 - Execução das Despesas por Natureza

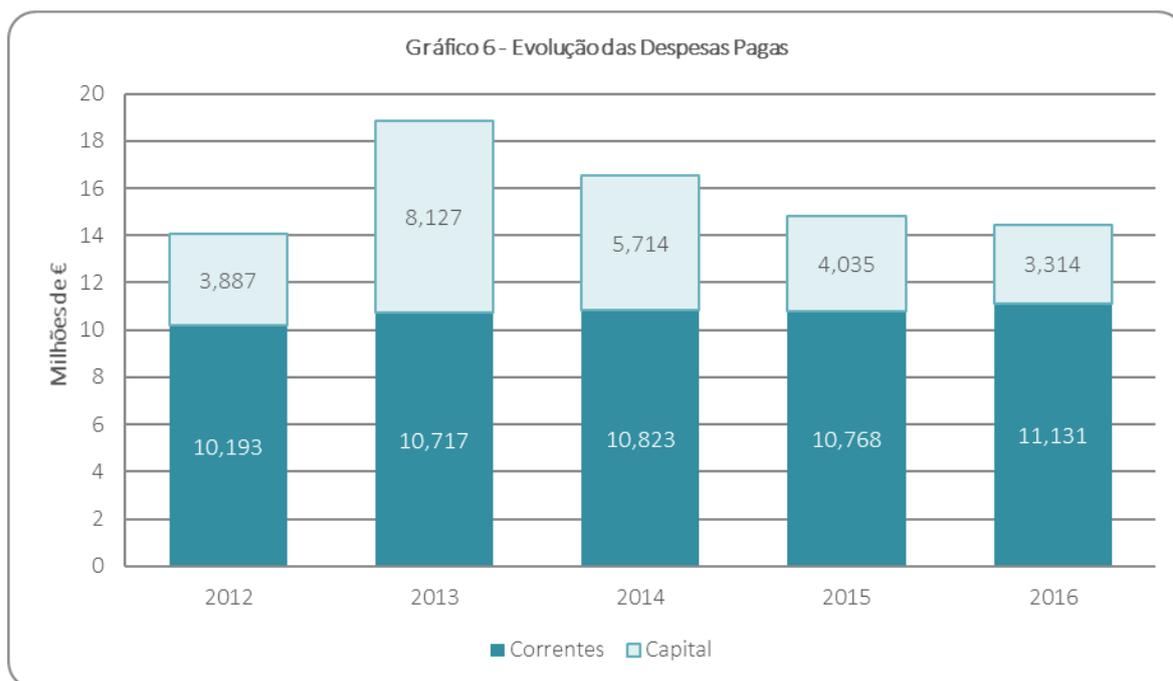
Designação	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Tx. Execução
Despesa Corrente	12.308.515,49 €	11.131.171,64 €	90,43%
Despesa de Capital	4.725.706,33 €	3.314.031,44 €	70,13%
<b>Total</b>	<b>17.034.221,82 €</b>	<b>14.445.203,08 €</b>	<b>84,80%</b>

As diferenças entre as despesas correntes e de capital confirmam-se, não só pela sua distribuição, mas também pelas oscilações verificadas na execução ao longo do exercício. Considerando que as despesas de natureza corrente são constituídas, em grande parte, pelos encargos fixos associados à estrutura municipal e pelas necessidades decorrentes do normal funcionamento dos serviços, são previstas com maior facilidade e executadas sem desvios significativos, face à sua menor dependência da volatilidade dos níveis de atividade operacional. Por outro lado, as despesas de capital, por englobarem os investimentos municipais, que registam flutuações consideráveis em função das opções de gestão e dos financiamentos associados, sofrem constantemente modificações, alterações e atrasos, com evidente impacto na execução orçamental das respetivas contas. Em 2016, beneficiando do efeito das modificações orçamentais

que permitiram adequar, o mais possível, as dotações da despesa à sua execução regular, a taxa de execução global foi bastante satisfatória, na ordem dos 85%. Este valor reflete o efeito da execução registada nas despesas correntes, na ordem dos 90%, que atenuou o impacto da taxa de execução de cerca de 70% obtida nas despesas de capital.



A evolução das despesas nos últimos 5 exercícios tem sofrido algumas oscilações, quer no seu valor total, quer na sua composição. Pode constatar-se pelo gráfico que se apresenta abaixo que, com exceção do ano de 2013 face à invulgar execução de receitas de capital que permitiu um nível de despesas desta natureza acima do habitual, o ano de 2016 registou um valor ao nível dos montantes registados nos anos anteriores, constatando-se, porém, um acréscimo das despesas correntes e uma diminuição, quase equivalente, das despesas de capital, como consequência de diversos fatores, abordados na presente análise.



### Despesas Correntes

Tal como já se referiu, a execução das despesas correntes é, habitualmente, marcada pelo comportamento das rubricas associadas à estrutura administrativa e ao funcionamento ordinário dos serviços. Tratando-se de uma autarquia local, em que a área administrativa assume um papel e um peso significativo, face às atribuições que lhe estão associadas, esta natureza de despesas tem vindo a assumir uma posição reforçada nos orçamentos municipais, também motivada pelo acréscimo de meios adstritos a sectores originariamente mais operativos, mas cujas despesas assumem o carácter corrente, como é o caso da administração direta municipal.

**Quadro 9 - Grau de Execução das Despesas Correntes**

Designação	Dotações Corrigidas	Despesas Realizadas	Despesas Pagas	Tx. Execução
Despesas com o pessoal	6.295.761,67	6.287.458,72	6.268.497,01	99,57%
Aquisição de bens e serviços	4.849.293,03	4.370.929,77	3.830.380,56	78,99%
Juros e outros encargos	269.524,00	265.601,81	265.546,99	98,52%
Transferências correntes	861.266,62	740.897,73	734.127,84	85,24%
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras despesa correntes	32.670,17	32.619,24	32.619,24	99,84%
<b>Total</b>	<b>12.308.515,49</b>	<b>11.697.507,27</b>	<b>11.131.171,64</b>	<b>90,43%</b>

Na análise dos agrupamentos da despesa aqui incluídos sobressaem, como habitual, as *despesas com pessoal*, que registaram o valor mais significativo do conjunto, na ordem dos 6,268 milhões de euros de despesas pagas, e uma taxa de execução de praticamente 100%, significando que a quase totalidade das despesas previstas (corrigidas) foram realizadas e pagas. Estes indicadores não são, contudo, surpreendentes, atendendo à inflexibilidade deste tipo de despesas e à sua fácil previsão, já que a maioria decorre de vínculos permanentes. Confirmando o que agora se refere, o valor pago em 2016 foi pouco superior ao registado no ano anterior, verificando-se uma variação de cerca de 1%, justificada pelo acréscimo das remunerações certas e permanentes e dos abonos na sequência da reversão das reduções remuneratórias impostas à função pública, com impacto relevante nas contas do exercício em análise.

As rubricas associadas à *aquisição de bens e serviços*, que incluem os encargos correntes variáveis e a maioria dos consumos intermédios resultantes da atividade municipal, registaram, como vem sendo habitual, o segundo valor mais elevado das despesas correntes, tendo sido pagos, no total, cerca de 3,830 milhões de euros. Este valor foi também ligeiramente superior ao verificado no ano anterior, em resultado de um maior volume de pagamentos concretizados com o objetivo de reduzir a dívida a fornecedores e eliminar os pagamentos em atraso, já que os valores previstos e realizados foram inferiores. Neste sentido, a taxa de execução destas rubricas rondou os 79%, registando-se uma redução muito significativa dos desvios entre os valores previstos e os montantes pagos. Esta taxa mantém-se, contudo, inferior à registada na restante estrutura corrente, como reflexo, por um lado, da quantidade considerável de procedimentos de contratação que este capítulo congrega e que dificulta a gestão regular dos meios de financiamento que lhes estão adstritos, e por outro, de algumas contas a pagar associadas a fornecimento de bens ou prestação de serviços que transitaram entre exercícios.

As restantes rubricas pertencentes às despesas correntes envolvem montantes mais reduzidos, face à natureza e tipologia das operações que englobam, podendo, contudo, destacar-se o valor destinado a *transferências correntes*, que registou um crescimento expressivo em relação a 2015, de quase 45%, já que totalizou mais de 734 mil euros. Esta diferença substancial está relacionada com o aumento da generalidade das transferências regulares que se efetuam, com especial destaque para os pagamentos às freguesias relativos aos protocolos de transferência da gestão dos sistemas de abastecimento de água, assim como, para as transferências destinadas a instituições sem fins lucrativos no âmbito dos vários programas municipais das áreas da cultura e desporto, ainda que com menor variação. Deve sublinhar-se, na análise da respetiva execução, que os valores pagos ficaram muito próximos dos valores realizados, verificando-se um desvio na ordem dos 15% em relação às despesas previstas (corrigidas) correspondente a compromissos não realizados neste ano.

Ainda no âmbito das despesas correntes, os *juros e outros encargos* justificaram um montante pago de perto de 266 mil euros. Os recursos destinados a este tipo de despesas cresceram cerca de 11% atendendo ao aumento do valor de juros de mora suportados em resultado da regularização de vários débitos, incluindo de anos anteriores, que estavam pendentes de retificações ou esclarecimentos. Este aumento superou mesmo a redução verificada nos custos associados aos juros de empréstimos devido aos efeitos da diminuição dos montantes em dívida e da trajetória tendencialmente descendente das taxas de referência. Apesar da volatilidade e irregularidade destes montantes, a taxa de execução atingiu 99%, beneficiando igualmente das correções efetuadas às dotações e da eliminação quase total dos valores em dívida.

Com reduzido peso na estrutura das despesas, o agrupamento de *outras despesas correntes*, de cariz mais residual, registou valores pouco significativos, relativos a restituições de impostos e taxas, enquanto que, no agrupamento de *subsídios*, não se verificou qualquer execução, porque engloba um conjunto de rubricas destinado a reunir os fluxos financeiros não reembolsáveis com objetivos específicos associados a políticas de preços ou níveis de produção, que não ocorreram no exercício em análise.

Quadro 10 - Comparação das Despesas Correntes Pagas

Designação	2016	2015	Var. 15/16
Despesas com o pessoal	6.268.497,01	6.205.385,59	1,02%
Aquisição de bens e serviços	3.830.380,56	3.791.392,70	1,03%
Juros e outros encargos	265.546,99	238.754,56	11,22%
Transferências correntes	734.127,84	507.249,16	44,73%
Subsídios	0,00	0,00	0,00%
Outras despesas correntes	32.619,24	25.172,91	29,58%
<b>Total</b>	<b>11.131.171,64 €</b>	<b>10.767.954,92 €</b>	<b>3,37%</b>

Resumindo, no fundo, o que foi já referido na análise à importância de cada grandeza das despesas correntes na estrutura do orçamento municipal, pode concluir-se que as *despesas com pessoal* mantêm o seu elevado peso na estrutura parcial das despesas correntes, representando cerca de 56% destas, bem como na estrutura das despesas totais, na qual representam cerca de 43%. O agrupamento de *aquisição de bens e serviços* tem o segundo maior peso nas estruturas, cabendo-lhe 34% do valor das despesas correntes pagas e cerca de 27% do total das despesas. Deve sublinhar-se que estes grupos de rubricas, em conjunto, englobam 91% das despesas correntes e quase 70% das despesas totais, já que abarcam a quase totalidade dos encargos fixos

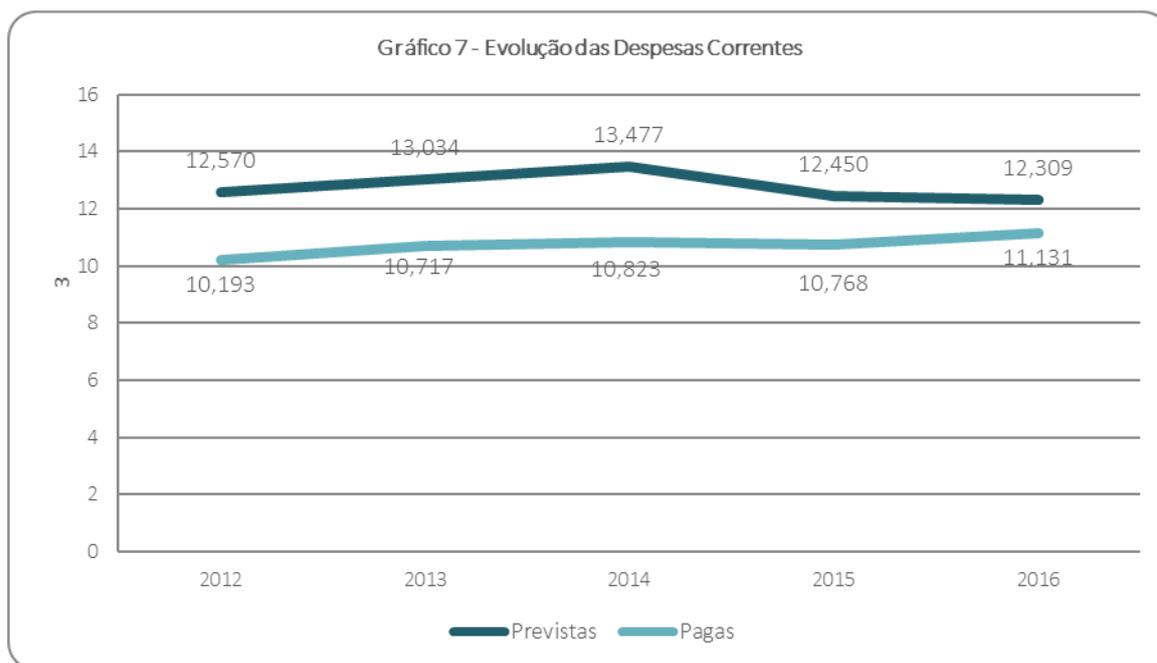
e de funcionamento dos serviços, incluindo uma fatia considerável de despesas destinadas à realização de investimentos municipais, nomeadamente, matérias-primas, materiais e outros bens incorporados no imobilizado municipal.

Os restantes agrupamentos, em conjunto, representam pouco mais de 9% das despesas correntes e cerca de 7% do valor total das despesas pagas. Registe-se, ainda, que o peso de cada agrupamento nas estruturas parcial e total das despesas não sofreu alterações relevantes em relação a 2015, sendo, todavia, de destacar a diminuição do peso das *despesas com pessoal* e de *venda de bens e serviços correntes* nas despesas correntes, ao contrário do que aconteceu em relação às despesas totais, em resultado do reforço da importância da estrutura corrente no total, já que os respetivos valores absolutos aumentaram.

Quadro 11 - Peso das Componentes das Despesas Correntes

Designação	Peso na Estrutura		Variação (15/16)	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Despesas com o pessoal	56,31%	43,40%	-1,31 p.p.	1,47 p.p.
Aquisição de bens e serviços	34,41%	26,52%	-0,80 p.p.	0,90 p.p.
Juros e outros encargos	2,39%	1,84%	0,17 p.p.	0,23 p.p.
Transferências correntes	6,60%	5,08%	1,88 p.p.	1,66 p.p.
Subsídios	0,00%	0,00%	0,00 p.p.	0,00 p.p.
Outras despesa correntes	0,29%	0,23%	0,06 p.p.	0,06 p.p.
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>77,06%</b>	<b>0,00 p.p.</b>	<b>0,04 p.p.</b>

A variação das despesas correntes ao longo dos últimos 5 exercícios tem sido moderada, verificando-se algumas alterações de reduzido valor relativo, principalmente nas despesas previstas, conforme se pode verificar no gráfico abaixo. É, todavia, de realçar o esforço de redução da diferença entre os valores previstos e pagos e a correspondente melhoria das taxas de execução, revelando maior preocupação no acompanhamento das variáveis orçamentais e na redução dos encargos assumidos e não pagos.



### **Despesas de Capital**

Tendo em consideração que as despesas de capital englobam, essencialmente, o conjunto de rubricas relativas à aquisição ou produção de bens duradouros e ao reembolso de financiamentos contratados, facilmente se depreende que a execução das suas rubricas apresenta comportamentos distintos e ritmos bastantes variáveis ao longo dos exercícios. São também aqui incluídas as despesas relacionadas com a realização de investimentos, mas cuja execução depende do envolvimento de entidades terceiras, surgindo como transferências destinadas ao seu financiamento. Conforme já foi salientado, estas rubricas adstritas à execução de investimentos apresentam, ao longo de um horizonte temporal específico mesmo que limitado, variações consideráveis relacionadas diretamente com a execução de projetos de investimento ou aquisição de bens duradouros, tendo em conta o planeamento delineado e a disponibilização de recursos para os financiar. Já as despesas relativas à amortização de financiamentos contratados resultam do cumprimento dos planos de amortização definidos e apresentam, por este motivo, variações pouco relevantes e associadas unicamente às variações das taxas de juros.

Quadro 12 - Grau de Execução das Despesas de Capital

Designação	Dotações Corrigidas	Despesas Realizadas	Despesas Pagas	Tx. Execução
Aquisição de bens de capital	3.047.497,14	2.088.825,54	1.682.956,55	55,22%
Transferências de capital	90.100,90	51.687,30	42.966,60	47,69%
Ativos financeiros	102.231,00	102.231,00	102.231,00	100,00%
Passivos financeiros	1.485.877,29	1.485.877,29	1.485.877,29	100,00%
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>Total</b>	<b>4.725.706,33</b>	<b>3.728.621,13</b>	<b>3.314.031,44</b>	<b>70,13</b>

Tendo presente este enquadramento, verifica-se que o agrupamento das despesas de capital que mais recursos concentrou em 2016 foi o de *aquisição de bens de capital*, que atingiu um montante total pago de 1,683 milhões de euros. Este valor representa cerca de 55% do valor das dotações e 81% do valor realizado, já que, conforme se referiu anteriormente, foram previstos, para o exercício em questão, diversos investimentos, alguns de execução plurianual, que não se iniciaram nas datas inicialmente definidas por motivos inerentes aos próprios processos de contratação ou aos processos de financiamento que lhes estão associados. Os desvios em relação aos valores realizados resultam também de encargos não liquidados até ao final do exercício, ainda que de montantes bastante inferiores aos registados, nas mesmas rubricas, em exercícios anteriores, correspondendo, na sua maioria, a dívidas não vencidas ou com liquidação consolidada. Deve ainda destacar-se que os montantes realizados e pagos em 2016 relativos a este agrupamento foram inferiores aos valores alcançados em 2015, tendo os pagamentos sofrido uma redução de cerca de 21%, atendendo, conforme já foi referido, à fase inicial de execução de diversos investimentos planeados.

As rubricas englobadas no agrupamento de *passivos financeiros* reuniram o segundo valor mais avultado das despesas desta natureza, atingindo um montante total pago de 1,486 milhões de euros, que corresponde exatamente ao valor das dotações corrigidas e ao montante realizado, resultando, assim, uma taxa de execução de 100%. Apesar do carácter regular deste tipo de despesa, as suas variações ao longo dos dois últimos exercícios foram significativas, já que os valores de 2016 representam um decréscimo de cerca de 13% em relação aos montantes pagos em 2015. Esta variação justifica-se unicamente pelo fim do prazo de amortização de vários empréstimos contratados e pela diminuição do valor do empréstimo de curto prazo anual, salientando-se que não foi contratado nenhum novo financiamento de médio/longo prazo.

Com menor peso na estrutura das despesas de capital, as rubricas de *ativos financeiros* registaram o montante de 102 mil euros, destinados exclusivamente à contribuição do município para o Fundo de Apoio Municipal (FAM) prevista na Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto. Sendo uma

participação definida nos termos da legislação referida, com uma participação anual de valor fixo, a sua execução não apresentou qualquer desvio, nem qualquer variação em relação ao exercício de 2015.

Dos restantes agrupamentos, deve ainda referir-se que as *transferências de capital*, que incluem as transferências financeiras para entidades terceiras com o objetivo de as apoiar na execução de investimentos de interesse municipal, registaram um montante pago próximo dos 43 mil euros, valor este que representa apenas 48% do valor total previsto, apesar de corresponder a 83% do valor realizado. Face à reduzida expressão dos valores envolvidos, a diferença identificada resulta apenas de um montante previsto relativo a uma parceria intermunicipal para execução de uma intervenção rodoviária, cuja realização não foi comunicada até ao final do exercício. Os valores pagos apurados no ano em análise foram significativamente inferiores aos verificados no ano anterior, na ordem dos 54%, em resultado da dinâmica de execução destas rubricas nos diferentes anos que permitiu um nível de realização superior em 2015.

Convém, por último, referir que as rubricas de *outras despesas de capital* não apresentaram qualquer execução no exercício em análise, tal como vem acontecendo em anteriores exercícios, uma vez que as despesas aqui englobadas estão relacionados com acontecimentos pontuais ou residuais que não se verificaram.

Quadro 13 - Comparação das Despesas de Capital Pagas

Designação	2016	2015	Var.15/16
Aquisição de bens de capital	1.682.956,55	2.138.675,68	-21,31%
Transferências de capital	42.966,60	94.361,33	-54,47%
Ativos financeiros	102.231,00	102.231,00	ind.
Passivos financeiros	1.485.877,29	1.699.518,37	-12,57%
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00%
<b>Total</b>	<b>3.314.031,44</b>	<b>4.034.786,38</b>	<b>-17,86%</b>

Em linha com o que se referiu anteriormente e analisando mais detalhadamente o peso de cada conjunto de rubricas nas despesas de capital e nas despesas totais, conforme quadro apresentado abaixo, pode concluir-se que o peso do agrupamento *aquisição de bens de investimento* decresceu em relação ao verificado no ano anterior, representando cerca de 51% do valor das despesas de capital e 12% das despesas totais. Os *passivos financeiros* representam, neste ano, cerca de 45% das despesas de capital, mas apenas 10% do total das despesas, ficando assim evidente o esforço do executivo no sentido de não comprometer a execução financeira municipal pela dependência

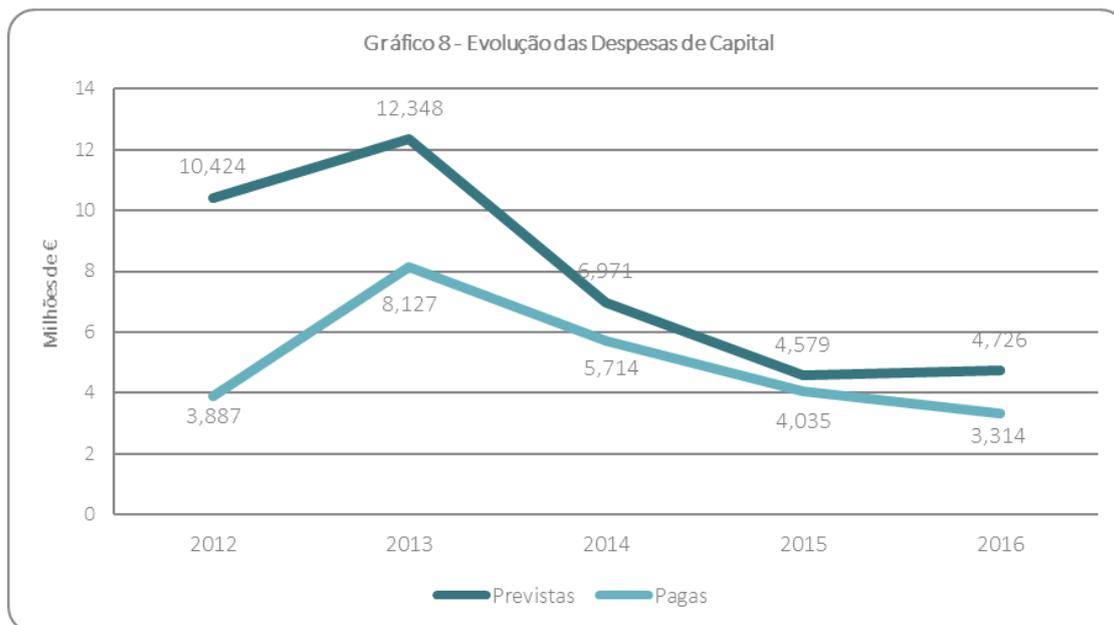
face à dívida financeira. Note-se, todavia, que, apesar dos seus valores terem diminuído, o peso deste agrupamento na estrutura corrente cresceu cerca de 3 p.p. face ao registado em 2015, em resultado da redução do peso das despesas de capital na estrutura global das despesas do município.

Os agrupamentos de *ativos financeiros* e *transferências de capital* apresentam, em consonância com o referido anteriormente, um peso bem abaixo dos anteriores, representando cerca de 3% e 1% das despesas de capital, respetivamente. Nas despesas totais, as rubricas de *ativos financeiros* representam pouco mais de 1%, enquanto que as *transferências de capital* têm um peso ainda mais reduzido, na ordem dos 0,3%.

Quadro 14 - Peso das Componentes das Despesas de Capital

Designação	Peso na Estrutura		Variação (15/16)	
	Capital	Total	Capital	Total
Aquisição de bens de capital	50,78%	11,65%	-2,22 p.p.	-2,80 p.p.
Transferências de capital	1,30%	0,30%	-1,04 p.p.	-0,34 p.p.
Ativos financeiros	3,08%	0,71%	0,55 p.p.	0,02 p.p.
Passivos financeiros	44,84%	10,29%	2,71 p.p.	-1,19 p.p.
Outras despesas de capital	0,00%	0,00%	0,00 p.p.	0,00 p.p.
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>22,94%</b>	<b>0,00 p.p.</b>	<b>-4,31 p.p.</b>

Avaliando a tendência demonstrada pelos montantes registados nos últimos 5 anos, as despesas de capital têm registado variações significativas, quer no que respeita aos valores das dotações, quer no que se refere aos valores pagos, sendo, contudo, de destacar a aproximação dos valores previstos aos valores pagos, como sinal de uma melhoria clara dos processos orçamentais e da sua execução anual. Em termos absolutos, fica evidente que, após alguns períodos com montantes avultados, e com desvios igualmente avultados, o exercício de 2016 confirma a atitude prudente que tem norteado a gestão financeira municipal, que optou por adiar alguns investimentos até que a situação financeira se demonstrasse mais equilibrada. Sublinhe-se que esta análise incide sobre montantes pagos e que uma parte importante dos valores registados em exercícios anteriores correspondem a investimentos realizados com alguma distância temporal e cuja situação foi regularizada recentemente.



#### 2.4. Execução das Grandes Opções do Plano

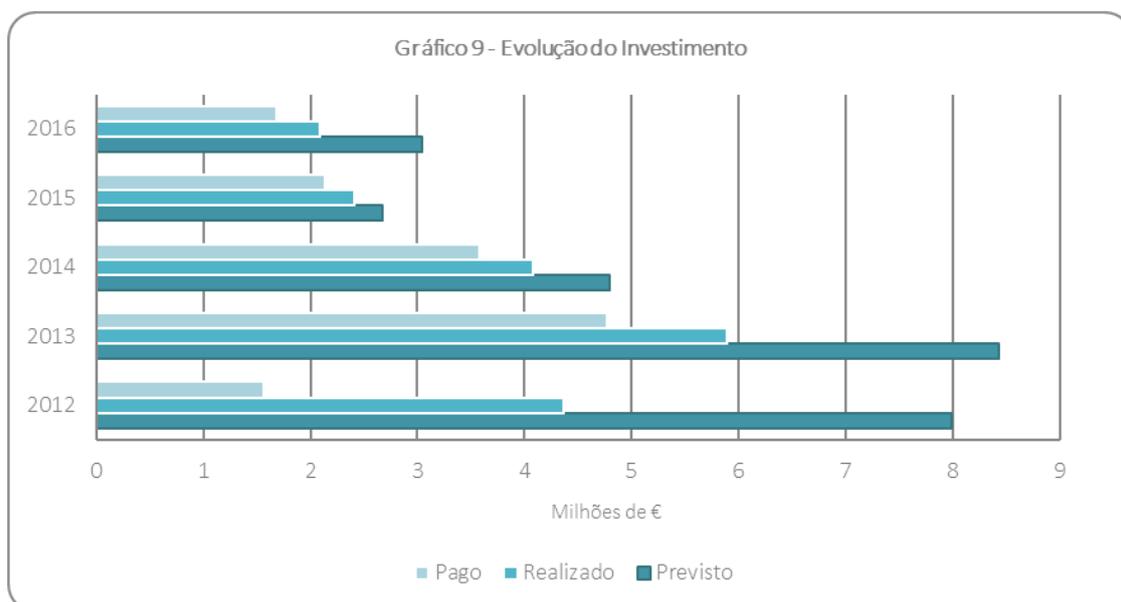
A análise às Grandes Opções do Plano permite avaliar, por áreas estratégicas definidas nos seus objetivos e programas, a afetação dos recursos financeiros do município, numa ótica plurianual. Esta análise incide sobre os mapas que o compõem: o Plano Plurianual de Investimentos, que reúne todas as despesas orçamentais associadas a investimentos, e o mapa das Atividades Mais Relevantes, onde constam despesas de outra natureza consideradas de especial relevância para a atividade municipal.

##### **Plano Plurianual de Investimentos**

As despesas pagas associadas a investimentos somaram, em 2016, 1,683 milhões de euros, o que representa uma diminuição, em relação aos valores de 2015, na ordem dos 21%. Tal como foi já amplamente sublinhado, os últimos anos de gestão municipal caracterizaram-se pelo empenho na prossecução dos objetivos de equilíbrio financeiro e redução do nível e estrutura da dívida municipal. Esta tarefa exigente coincidiu com a finalização do anterior quadro comunitário de apoio e o executivo municipal optou por adiar alguns investimentos estruturais ou complementares, para períodos que coincidissem com maior disponibilidade de recursos externos e com uma situação financeira que permitisse a sua execução sem percalços e sem sacrifícios que penalizariam a qualidade dos serviços públicos prestados.

Neste contexto, no ano de 2016 foram preparados e iniciados vários projetos de investimento determinantes para a estratégia municipal e que virão colmatar diversas necessidades já anteriormente identificadas, concentrando a sua execução física e financeira nos próximos exercícios. Por força de reprogramações que aconteceram em alguns projetos previstos, associadas em grande medida, ao atraso na disponibilização de linhas de financiamento comunitário, que não permitiram de uma forma regular o acompanhamento e adequação das estimativas constantes nos mapas previsionais, a taxa de execução da globalidade dos projetos englobados no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) foi de 55%, significativamente inferior à verificada em anos anteriores.

Na análise dos recursos canalizados para investimentos nos últimos anos, pode confirmar-se aquilo que já se referiu anteriormente. Evidencia-se o ciclo de maiores recursos destinados a investimentos, coincidente com a contratação do financiamento no âmbito do PAEL, que permitiu a regularização de montantes expressivos, seguido de um período de contração associado à estabilização da situação financeira municipal e à preparação de novos investimentos, com o rigor e a prudência que exige o atual enquadramento económico e financeiro.



De forma a melhor compreender e justificar os valores apresentados, importa efetuar uma análise à execução da despesa por objetivos e programas definidos no PPI. Sublinhe-se que, nos documentos previsionais de 2016, foi reformulada a estrutura das Grandes Opções do Plano, nas quais se inclui o PPI, tendo sido criadas novas designações e uma distribuição mais coerente e atual dos objetivos e projetos. Nesta nova estrutura, cujos dados de execução estão compilados no quadro apresentado abaixo, evidencia-se o peso do objetivo Valorização Territorial e

Qualificação Urbana, que concentrou o maior volume de recursos financeiros alocados aos investimentos municipais (cerca de 74% do total), já que foram pagos mais de 1,238 milhões de euros. O elevado peso deste objetivo advém da sua composição, já que engloba vários programas de investimentos associados a infraestruturas em rede de elevada dimensão, como são exemplos, os sistemas de águas e saneamento e a rede viária, para os quais, são habitualmente canalizados montantes expressivos.

Dos programas englobados neste objetivo, sobressai a *rede viária e sinalização*, que tem assumido, ao longo dos últimos anos, especial importância e atenção, no conjunto dos investimentos municipais, pela preponderância das vias de comunicação na mobilidade da população e no acesso a localidades mais distantes da sede de concelho, sendo importante que estas proporcionem aos seus utilizadores a segurança necessária nas suas deslocações. Isso mesmo é reforçado pelos valores previstos para o ano em análise, na ordem dos 1,431 milhões de euros, dos quais foram realizados 1,132 milhões de euros e pagos cerca de 898 mil euros, que representam, porém, um decréscimo de 23% em relação aos pagamentos efetuados em 2015. Estes montantes tiveram origem em diversos projetos de remodelação das infraestruturas rodoviárias distribuídas pela área concelhia, de pequena e média dimensão, mas que no seu conjunto concentraram um valor muito significativo na estrutura financeira.

Ainda no mesmo objetivo, destacam-se igualmente os programas de *saneamento e abastecimento de água*, que reúnem normalmente um conjunto de investimentos relacionados com as redes de saneamento básico e de abastecimento de água e que têm merecido especial atenção do executivo municipal. Em 2016, para estes programas em conjunto, foram canalizados cerca de 264 mil euros, destinados ao pagamento de investimentos na remodelação, melhoramento e ampliação das redes públicas referidas, o que equivale a cerca de 16% do valor global dos investimentos pagos. Note-se, contudo, que os valores realizados foram superiores a 320 mil euros, destacando-se aqui os vários projetos de construção de novas ETAR's e respetivos emissários, bem como, a ampliação das redes já existentes, reforçando a importância na execução de infraestruturas com esta finalidade específica.

No âmbito do mesmo objetivo, devem destacar-se ainda os valores destinadas ao programa de *urbanização*, que incluíram recursos destinados à primeira ação do projeto de reabilitação da antiga cadeia e à regularização do pagamento de terrenos do projeto de requalificação urbana do centro histórico de S. Pedro do Sul. Estes projetos envolveram cerca de 54 mil euros que, não sendo tão expressivos como os referidos anteriormente, representam um sinal de que, para além da preocupação com a iniciação de novos projetos, o executivo municipal manteve também o empenho em concluir e encerrar os processos associados a iniciativas anteriores. Refira-se ainda

que, no âmbito do programa de *ambiente, espaços verdes e jardins*, foi iniciado o projeto de reconversão da antiga linha ferroviária em ciclovias, que justificou os montantes indicados.

Para os restantes objetivos definidos, os montantes investidos foram significativamente inferiores, devido, não só ao decréscimo do nível de investimento registado, mas também devido às características dos projetos que lhes estão associados, normalmente de menor dimensão e complexidade. Pode, todavia, destacar-se o objetivo de Promoção da Educação no âmbito do qual, depois de concluídos importantes investimentos em infraestruturas do ensino pré-escolar e básico, foram realizados e pagos investimentos na ordem dos 54 mil euros, relativos à aquisição de terrenos e de materiais e equipamentos. Apesar da boa taxa de execução dos projetos incluídos neste objetivo, superior a 88%, os montantes envolvidos foram inferiores em cerca de 68% em relação ao ano transato, pelos motivos já indicados.

Normalmente associados ao objetivo anterior, os programas incluídos no objetivo de Desenvolvimento Cultural e Desportivo envolveram um montante de investimento pouco significativo no valor global, tendo sido realizados cerca de 79 mil euros, dos quais foram pagos perto de 40 mil euros. O montante da despesa paga foi, neste caso, significativamente inferior à registada em 2015 para o mesmo objetivo, em cerca de 59%, devido, em grande medida, ao desvio verificado na execução do projeto de construção do Pavilhão Multiusos de Santa Cruz da Trapa, já que os restantes projetos aqui associados, referentes a remodelações em outras instalações desportivas, envolveram montantes menores.

Por último, no âmbito do objetivo designado de Organização e Modernização Administrativa, de cariz mais genérico, foram realizados vários investimentos relacionados com a administração geral do município, associados ao funcionamento dos serviços de cariz mais instrumental ou relativos à aquisição de diversos materiais e equipamentos para áreas não identificadas com outros objetivos e programas. Assim, nestes projetos foram executadas e pagas despesas superiores a 350 mil euros, em linha com os recursos financeiros despendidos para este objetivo em 2015, salientando-se o peso superior a 20% que os montantes representam nos valores totais pagos neste mapa. A taxa de execução rondou os 86%, já que as dotações corrigidas totalizaram 407 mil euros, que tinham como destino vários investimentos programados mas não realizados na totalidade.

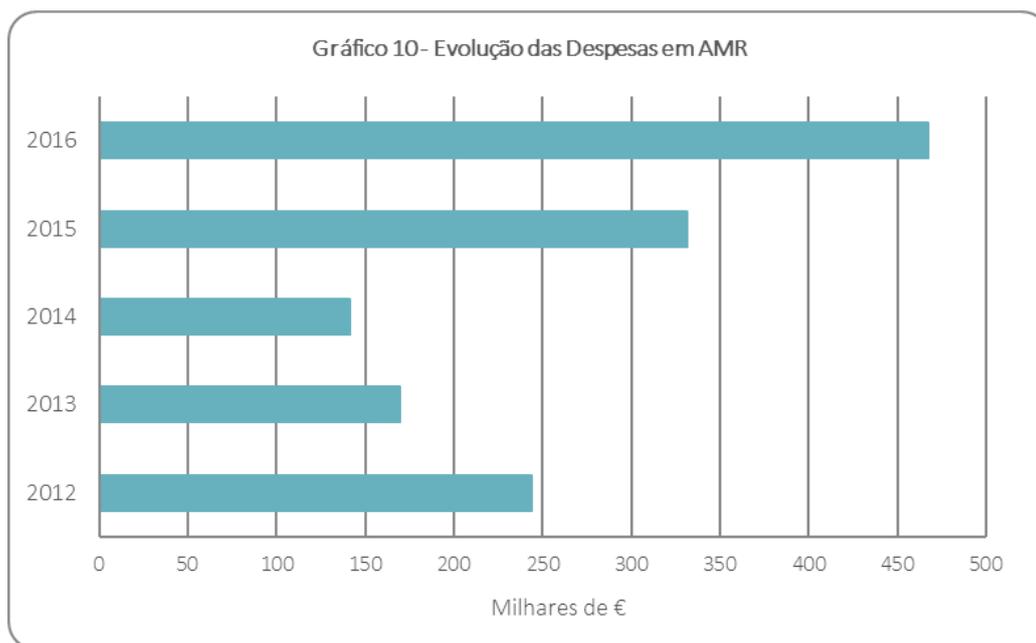
Quadro 15 - Execução do PPI por Objectivos e Programas

Designação	Financ. Definido	Realizado	Pago	Tx. Exec.	Var.15/16
<b>Promoção da Educação</b>	<b>61.469,78 €</b>	<b>54.132,73 €</b>	<b>54.132,73 €</b>	<b>88,06%</b>	<b>-68,42%</b>
Ensino Pré-Escolar	442,06 €	442,06 €	442,06 €	0,00%	ind.
Ensino Básico	61.027,72 €	53.690,67 €	53.690,67 €	87,98%	-68,68%
<b>Desenv. Cultural e Desportivo</b>	<b>145.562,88 €</b>	<b>78.774,36 €</b>	<b>39.503,38 €</b>	<b>27,14%</b>	<b>-59,06%</b>
Cultura	191,76 €	191,76 €	191,76 €	100,00%	<b>57,18%</b>
Desportos e Tempos Livres	145.371,12 €	78.582,60 €	39.311,62 €	27,04%	-59,20%
<b>Valorização Ter. e Qualif. Urbana</b>	<b>2.433.099,97 €</b>	<b>1.597.416,47 €</b>	<b>1.238.431,77 €</b>	<b>50,90%</b>	<b>-17,38%</b>
Urbanização	164.609,55 €	84.641,59 €	53.763,00 €	32,66%	-64,63%
Saneamento	499.283,22 €	235.858,51 €	191.942,93 €	38,44%	21,87%
Abastecimento de Água	163.317,06 €	97.636,84 €	72.446,12 €	44,36%	ind.
Rede Viária e Sinalização	1.431.358,15 €	1.131.542,52 €	897.848,15 €	62,73%	-22,55%
Ambiente, Espaços Verdes e Jardins	174.531,99 €	47.737,01 €	22.431,57 €	12,85%	-25,74%
<b>Organização e Modern. Administ.</b>	<b>407.364,51 €</b>	<b>358.501,98 €</b>	<b>350.888,67 €</b>	<b>86,14%</b>	<b>-0,85%</b>
Administração Geral	407.364,51 €	358.501,98 €	350.888,67 €	86,14%	-0,85%
<b>Total</b>	<b>3.047.497,14 €</b>	<b>2.088.825,54 €</b>	<b>1.682.956,55 €</b>	<b>55,22%</b>	<b>-21,31%</b>

### Atividades Mais Relevantes

O mapa das Atividades Mais Relevantes inclui todas as atividades que, não sendo investimentos, se consideraram estratégicas para alcançar os objetivos da gestão municipal. Como tal, estão englobadas nas Grandes Opções do Plano, permitindo que, quer no momento da sua aprovação, quer durante a execução anual, esteja disponível informação adicional sobre cada um dos projetos e ações definidos e se cumpram as regras de execução estabelecidas para este documento. As atividades inscritas neste documento foram dotadas em cerca de 596 mil euros, dos quais cerca de 545 mil euros foram realizados e cerca de 467 mil euros foram efetivamente pagos até ao final do exercício. Deste desempenho resultou uma taxa de realização de 91% e uma taxa de execução total de 78%, bem acima da média dos projetos inscritos no PPI, porque não são, na sua generalidade, tão complexas nem envolvem tantos recursos como as iniciativas de investimento já abordadas.

Comparando os valores de 2016 com os obtidos em exercícios anteriores, constata-se que os montantes pagos a coberto dos projetos e ações incluídos no mapa aumentaram cerca de 41% em relação a 2015 e atingiram o valor mais elevado dos últimos 5 exercícios. A trajetória crescente verificada desde 2014 veio inverter uma tendência de redução verificada nos anos anteriores, associada, não só à dimensão dos projetos e ações, mas também à estrutura do documento, que pode englobar uma parcela distinta da despesa orçamental total entre os vários exercícios, dependendo das estratégias definidas e da partilha da informação entre os serviços.



A análise por objetivos e programas definidos, coincidentes com os que integraram o PPI, permite confirmar que foi no Desenvolvimento Cultural e Desportivo que se concentraram as atividades com maiores recursos, já que foram realizadas despesas no montante superior a 400 mil euros, das quais foram pagas cerca de 348 mil euros. Estes recursos foram distribuídos pelos programas de *cultura* e de *desporto e tempos livres*, para os quais foram canalizados 160 mil euros e 188 mil euros, respetivamente, destinados ao financiamento de diversas ações relativas ao fomento cultural e desportivo, ao apoio a instituições que desenvolvem atividades de interesse municipal nestas áreas, entre outras medidas de promoção cultural, desportiva e de lazer. O montante pago em 2016 foi superior ao registado em 2015, em cerca de 81%, refletindo a evidente aposta nas iniciativas aqui englobadas.

Dos restantes objetivos, refira-se que, para projetos associados à Coesão Social e Cidadania, foram canalizados perto de 49 mil euros, mais precisamente para medidas de apoio à natalidade, à ocupação da população sénior, de âmbito social escolar e habitacional, integrados nos respetivos programas. Os montantes registados no exercício em análise cresceram cerca de 52% em relação ao ano transato, em resultado da maior concentração de recursos em projetos e ações cuja abrangência foi significativamente ampliada. No objetivo Valorização Territorial e Qualificação Urbana foram apenas incluídos dois projetos da área de *saneamento*, diretamente relacionados com investimentos em execução, mais precisamente, a contratação de projetos e consultoria para a ETAR Intermunicipal e a realização do cadastro de infraestruturas de abastecimento de água e saneamento, que, em conjunto, justificaram pouco mais de 47 mil euros. Por último, refira-se ainda que os programas de *turismo e termalismo* e *agricultura e indústria*, englobados no objetivo

de Dinamização da Economia Local e do Investimento, incluíram algumas ações de promoção e divulgação, de pequena dimensão, no âmbito das quais foram concretizadas despesas no valor de pouco mais de 23 mil euros.

Quadro 16 - Execução das Atividades Mais Relevantes por Objetivos

Designação	Financ. Definido	Realizado	Pago	Tx. Execução	Var. 15/16
<b>Desenv. Cultural e Desportivo</b>	<b>418.795,22 €</b>	<b>400.702,75 €</b>	<b>347.846,51 €</b>	<b>83,06%</b>	<b>81,74%</b>
Cultura	218.520,10 €	200.427,63 €	159.684,10 €	73,08%	214,95%
Desportos e Tempos Livres	200.275,12 €	200.275,12 €	188.162,32 €	93,95%	33,73%
<b>Coesão Social e Cidadania</b>	<b>56.762,53 €</b>	<b>53.995,03 €</b>	<b>49.105,78 €</b>	<b>86,51%</b>	<b>52,46%</b>
Apoio Social à Habitação	3.818,76 €	3.818,76 €	3.818,76 €	100,00%	-64,88%
Ação Social Escolar	12.340,22 €	12.340,22 €	7.450,97 €	60,38%	37,58%
Inicativas Sociais Diversas	40.603,55 €	37.836,05 €	37.836,05 €	93,18%	137,64%
<b>Valorização Ter. e Qualif. Urbana</b>	<b>93.324,58 €</b>	<b>66.928,78 €</b>	<b>47.168,83 €</b>	<b>50,54%</b>	<b>-43,73%</b>
Saneamento	93.324,58 €	66.928,78 €	47.168,83 €	50,54%	-43,73%
<b>Dinam. Econ. Local e Investimento</b>	<b>27.211,97 €</b>	<b>23.347,68 €</b>	<b>23.347,68 €</b>	<b>85,80%</b>	<b>36,52%</b>
Turismo e Termalismo	16.535,57 €	15.592,53 €	15.592,53 €	94,30%	-8,83%
Agricultura e Indústria	10.676,40 €	7.755,15 €	7.755,15 €	72,64%	ind.
<b>Total</b>	<b>1.192.188,60 €</b>	<b>1.089.948,48 €</b>	<b>934.937,51 €</b>	<b>78,42%</b>	<b>181,90%</b>

## 2.5. Indicadores Orçamentais

Em complemento à análise da execução da receita e despesa por natureza e capítulo ou agrupamento efetuada anteriormente, apresenta-se um conjunto de indicadores de natureza orçamental que permite uma avaliação sobre a importância de alguns agregados da estrutura orçamental para o município e uma comparação com a posição obtida em exercícios anteriores.

Quadro 17 - Evolução dos Rácios Orçamentais

Designação	Rácio	2012	2013	2014	2015	2016
Grau de Cobertura Global das Despesas	Receita total / Despesa total	102%	101%	100%	101%	101%
Grau de Cobertura Global das Despesas sem Recurso ao Crédito	(Receita total - Passivos financeiros) / Despesa total	93%	81%	96%	96%	96%
Peso dos Impostos nas Receitas	Impostos directos e indirectos / Receita total	11%	10%	12%	13%	13%
Peso dos Empréstimos nas Receitas	Passivos financeiros / Receita total	9%	20%	4%	4%	4%
Peso do Encargos de Longo Prazo nas Despesas	Serviço da Dívida LP / Despesa total	9%	8%	8%	8%	6%
Peso do Investimento nas Despesas	Investimento / Despesa total	11%	25%	22%	14%	12%
Grau de Cobertura de Bens de Capital pelas Tranf. Capital	Transf. Capital / Aquisições de bens de capital	211%	71%	70%	44%	46%

Pela análise dos resultados apresentados, destacam-se as seguintes conclusões:

- As receitas totais foram superiores às despesas totais, em proporção semelhante à ocorrida em 2015, porém, em montante inferior ao do saldo da gerência anterior incorporado no orçamento, havendo assim efeito negativo no apuramento do saldo do exercício;
- O grau de cobertura das despesas pelas receitas sem recurso ao crédito manteve-se em linha com o registado nos dois exercícios anteriores, significando que, tal como já foi salientado anteriormente, o peso dos passivos financeiros na estrutura orçamental se manteve reduzido, refletindo apenas a contratação da linha de financiamento de curto prazo;
- O peso das receitas próprias provenientes de impostos manteve-se ao nível do exercício anterior, refletindo uma diminuição ainda que ligeira nos valores cobrados devido, essencialmente, à redução dos valores do IMI, acompanhada por uma redução, em equivalente proporção, no montante global das receitas;
- Tal como já abordado, o peso dos passivos financeiros nas receitas manteve-se equivalente ao registado nos exercícios anteriores, confirmando a muito reduzida

dependência da execução orçamental municipal em relação aos financiamentos externos contratados;

- Atendendo ao evidente paralelismo com o indicador anterior, o peso dos encargos de longo prazo na estrutura da despesa decresceu em relação ao ano transato, como resultado, por um lado, da finalização de vários planos de amortização de empréstimos, e, por outro, da inexistência de novos contratos de financiamento de médio e longo prazos;
- Na sequência do que se referiu na análise à execução orçamental e ao PPI, o investimento municipal registou uma quebra significativa, superior à registada no valor global das despesas, diminuindo assim o peso destas rubricas no conjunto das despesas municipais;
- Apesar da redução registada nas receitas provenientes de transferências de capital, o grau de cobertura da aquisição de bens de capital por estas transferências aumentou, devido à redução mais significativa verificada nos investimentos, mantendo-se, contudo, distante dos valores de 2014 e anteriores, como consequência da quebra nas participações comunitárias verificada nos últimos anos.

### 3. Situação Económica e Financeira

A análise económico-financeira sintetiza os resultados alcançados pelo município e a sua situação patrimonial e financeira reportada ao final do exercício. Pretende-se destacar o impacto da gestão municipal nos meios ao dispor da entidade, na sua saúde financeira e no seu património, dando-se especial relevo à análise dos resultados obtidos, mas não descurando, contudo, o objetivo principal da atividade municipal, que procura a maximização da eficiência na disponibilização de bens e serviços públicos, em detrimento da maximização dos resultados financeiros.

A análise às principais demonstrações financeiras é ainda complementada com a apresentação de indicadores de natureza patrimonial, devendo ter-se sempre presente que a sua análise tem que ser enquadrada no âmbito e na natureza da entidade em questão. Na sequência desta análise, é dado ainda destaque à evolução da dívida do município e à sua situação perante os limites legais de endividamento.

#### 3.1. Análise do Balanço

O Balanço do Município de S. Pedro do Sul a 31/12/2016 evidencia um montante total de 52,324 milhões de euros, refletindo um decréscimo, em relação a 2015, de perto de 2% como resultado de variações, algumas significativas, nas componentes do Ativo, Passivo e Fundos Próprios.

Analisando as rubricas que compõem o Ativo (líquido) pode verificar-se que as contas de Imobilizado representam cerca de 91% do seu valor, porque incluem o registo patrimonial de todos os bens do município, com exceção dos que se destinam a venda ou a incorporação na produção de outros bens. O valor do Imobilizado registou uma ligeira redução face aos valores existentes nos registos de 2015, em resultado do efeito conjunto provocado pelo registo das amortizações e provisões de valor superior, e pelo registo de novo património que se revelou insuficiente para compensar aquelas diferenças.

Das contas englobadas nesta componente do Ativo surge, com maior destaque, o valor dos *bens de domínio público*, onde estão registados e valorizados todos os bens públicos sobre os quais esta autarquia detém direitos de gestão ou administração, como é o caso das estradas, redes e cursos de águas, entre outros. Estas contas totalizaram 27,223 milhões de euros relativos, essencialmente, a outras construções e infraestruturas, verificando-se uma variação negativa de aproximadamente 5% em relação aos valores do ano anterior, pelos motivos já referidos.

As *imobilizações corpóreas* apresentaram também um decréscimo em relação a 2015, de perto de 2%, situando-se o seu valor total em 16,657 milhões de euros. Este é o segundo valor mais elevado de todas as rubricas do Ativo, com um peso de 32% no seu montante global, uma vez que inclui os registos dos bens móveis e imóveis de carácter permanente pertencentes ao domínio privado municipal, que esta autarquia utiliza no exercício das suas atribuições e competências. Tal como já referido, este decréscimo, apesar de pouco significativo, resulta, no essencial, do valor global das amortizações e do menor registo de variações patrimoniais decorrentes de investimentos efetuados.

As contas associadas a *investimentos financeiros*, que registam as aplicações financeiras realizadas pelo município, apresentaram o valor total líquido de 3,825 milhões de euros. A variação registada em relação ao ano anterior, na ordem dos 2%, resulta dos efeitos do ajustamento das provisões relativas a estes investimentos, efetuado para refletir o impacto dos resultados da Termalitur na participação no capital desta empresa, já que o seu valor bruto se manteve inalterado. Por este motivo, o seu peso no valor global manteve-se, representando cerca de 7% do Ativo. Refira-se, ainda, que, como vem sendo habitual, as rubricas de *imobilizações incorpóreas* não apresentaram qualquer valor.

As contas incluídas no Circulante apresentaram valores bastante mais reduzidos do que os que abordámos anteriormente, registando um valor global na ordem dos 2,702 milhões de euros. No ano em análise, este valor registou um aumento substancial dos montantes envolvidos, na ordem dos 39%, em resultado da variação expressiva verificada nas contas de *dívidas de terceiros* devido ao aumento das dívidas de outros devedores, designadamente, das relacionadas com as contrapartidas da exploração termal. Note-se que o peso do Circulante no valor total do Ativo cresceu cerca de 1 p.p., situando-se agora em cerca de 5%.

As restantes contas variaram em sentido oposto, já que as rubricas de *existências e depósitos em instituições financeiras e caixa* apresentaram valores inferiores aos registados em 2015, porém, com variações mais reduzidas, em linha com o que decorre da normal atividade do município. As *existências* somaram um valor de cerca de 159 mil euros, evidenciando uma redução da valorização dos bens armazenados para consumo a curto prazo. Já as contas de *depósitos em instituições financeiras e caixa* totalizaram 460 mil euros, estando ao nível dos saldos de anos anteriores, que resultam da dinâmica financeira regular.

Ainda do lado do Ativo, as contas de *acrécimos e diferimentos* registaram também um ligeiro aumento em relação aos valores de 2015, inferior a 1%, totalizando agora 1,917 milhões de euros. Este valor resulta, essencialmente, das contas de *acrécimos de proveitos*, onde são registadas as especializações dos montantes referentes a diversas receitas municipais, das quais se destacam os impostos a cobrar no ano seguinte. As contas de *custos diferidos*, onde se incluem os custos já suportados, mas respeitantes a exercícios seguintes, registaram montantes muito menos relevantes.

No ano em análise, o Passivo atingiu os 18,555 milhões de euros, registando, assim, uma redução de cerca de 5% em relação aos valores obtidos em 2015. Esta redução merece especial destaque porque resulta, na sua quase totalidade, da diminuição das obrigações perante outras entidades, espelhada na redução dos saldos das contas de dívidas a terceiros. Neste sentido, *as dívidas a terceiros de curto prazo*, compostas por dívidas a fornecedores correntes, de imobilizado e a outras entidades relevantes, registaram uma redução de praticamente 20% em relação ao ano transato, totalizando agora 3,156 milhões de euros. Refira-se, porém, que uma parte desta redução teve origem na transferência de saldos de fornecedores e de outros credores para o médio e longo prazo, que não foi efetuada em anos anteriores, apesar desta desagregação não assumir uma relevância que ponha em causa o bom desempenho financeiro aqui evidente. As rubricas que integram *as dívidas a terceiros de médio e longo prazos*, que incorporaram os valores resultantes da desagregação mencionada, ainda assim, diminuíram cerca de 7% em relação a 2015, como consequência do cumprimento dos planos de amortizações de empréstimos contratados. Estas rubricas envolvem valores bastante relevantes para a estrutura financeira municipal, somando em 2016 cerca de 3,454 milhões de euros.

Ainda no Passivo, as contas de *acrécimos e diferimentos* sofreram uma variação muito pouco significativa no ano em análise, de cerca de 1%, totalizando perto de 11,658 milhões de euros. Estas contas apresentam, habitualmente, saldos bastante relevantes, associados, na sua maioria, a *proveitos diferidos*, cujo reconhecimento ocorre ao longo do período de vida dos investimentos financiados, e que em 2016 registaram uma redução dos seus saldos em cerca de 3%. As contas de *acrécimos de custos*, também aqui incluídas, registaram, por seu lado, um crescimento de cerca de 24%, apesar de envolverem valores muito menos relevantes associados a custos a reconhecer neste ano relativos a pagamentos ainda não concretizados.

Normalmente associadas a eventuais responsabilidades decorrentes de processos judiciais em curso, as contas de *provisões para riscos e encargos* sofreram um aumento significativo, na ordem dos 162%, a que corresponde o valor de 288 mil euros. Este aumento está associado ao reforço

das provisões para os fins referidos, em resultado de um aumento dos montantes envolvidos em contencioso administrativo e fiscal, designadamente, no âmbito de regularizações de IVA.

As contas respeitantes a Fundos Próprios registaram valores muito próximos dos obtidos no ano anterior, totalizando 32,769 milhões de euros. A variação registada (de -0,05%) resultou, essencialmente, do *resultado líquido do exercício* apurado, que apresenta um saldo de -281 mil euros, cujo apuramento se analisa no ponto seguinte. Das restantes rubricas, refira-se que os *resultados transitados* viram o seu valor negativo ser reduzido, devido, em grande parte, à incorporação do resultado positivo do ano anterior, apesar de incluir também vários movimentos de regularização envolvendo montantes menores. O valor do *património* registou uma variação muito pouco expressiva, enquanto que as *reservas* aumentaram cerca de 5% em resultado do registo das reservas legais decorrentes da aplicação do resultado do ano anterior.

Quadro 18 - Balanço Resumido

Designação	2016	2015	Var. 15/16
<b>ATIVO</b>			
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>47.704.796,01 €</b>	<b>49.499.790,01 €</b>	<b>-3,63%</b>
Bens de domínio público	27.222.937,99 €	28.631.522,04 €	-4,92%
Imobilizações incorpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00%
Imobilizações corpóreas	16.656.766,71 €	16.949.094,07 €	-1,72%
Investimentos financeiros	3.825.091,31 €	3.919.173,90 €	-2,40%
<b>Circulante</b>	<b>2.702.008,90 €</b>	<b>1.945.588,93 €</b>	<b>38,88%</b>
Existências	158.615,79 €	167.749,32 €	-5,44%
Dívidas de terceiros -c. prazo	2.083.309,68 €	1.297.127,29 €	60,61%
Títulos negociáveis	0,00 €	0,00 €	0,00%
Depósitos em inst. financ. e caixa	460.083,43 €	480.712,32 €	-4,29%
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	<b>1.916.713,37 €</b>	<b>1.903.866,48 €</b>	<b>0,67%</b>
<b>Total do Activo</b>	<b>52.323.518,28 €</b>	<b>53.349.245,42 €</b>	<b>-1,92%</b>
<b>FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos próprios</b>	<b>33.768.843,53 €</b>	<b>33.787.212,55 €</b>	<b>-0,05%</b>
Património	36.251.184,28 €	36.244.087,29 €	0,02%
Reservas	895.424,25 €	852.380,34 €	5,05%
Resultados transitados	-3.096.323,19 €	-4.168.933,45 €	-25,73%
Resultado líquido do exercício	-281.441,81 €	859.678,37 €	-132,74%
<b>Passivo</b>	<b>18.554.674,75 €</b>	<b>19.562.032,87 €</b>	<b>-5,15%</b>
Provisões para riscos e encargos	287.524,75 €	109.816,35 €	161,82%
Dívidas a terceiros -m/longo prazo	3.453.559,96 €	3.714.663,24 €	-7,03%
Dívidas a terceiros -c. prazo	3.155.736,60 €	3.920.000,71 €	-19,50%
Acréscimos e diferimentos	11.657.853,44 €	11.817.552,57 €	-1,35%
<b>Total de Fundos Próprios e Passivo</b>	<b>52.323.518,28 €</b>	<b>53.349.245,42 €</b>	<b>-1,92%</b>

### 3.2. Análise da Demonstração de Resultados

Pela análise às contas que compõem a Demonstração de Resultados do município, pode confirmar-se que o valor dos Custos e Perdas atingiu os 14,992 milhões de euros, representando um aumento superior a 8% em relação aos valores de 2015. As contas de Proveitos e Ganhos totalizaram 14,711 milhões de euros, registando reduzidas variações e mantendo, por isso, um valor semelhante ao obtido em 2015, já que o acréscimo registado foi totalmente irrelevante. As variações registadas nas contas de custos e de proveitos justificaram a alteração dos resultados,

com impacto significativo no resultado do exercício, cujo valor final passou a ser negativo, na ordem dos -281 mil euros.

Numa análise mais pormenorizada aos valores relevantes das contas de custos, pode concluir-se que os Custos e Perdas Operacionais somaram 14,403 milhões de euros, registando um acréscimo de quase 9% em relação aos valores alcançados em 2015. Os valores obtidos resultam do conjunto de variações ocorridas nas diferentes contas que integram estes custos, com destaque, já habitual, dos valores relativos aos *custos com pessoal* que, no ano em análise, atingiram os 6,218 milhões de euros, tendo aumentado cerca de 1% em relação aos valores de 2015. Note-se que, à semelhança do que foi já referido na análise da execução orçamental relativamente a despesas da mesma natureza, os encargos com o pessoal estão associados a custos fixos e que registam ao longo dos anos variações em função das medidas impostas às remunerações ou a alterações na assunção dos diversos abonos ou de encargos sociais. No ano em análise destaca-se, nesta matéria, o impacto sobre as remunerações das reversões das reduções remuneratórias impostas à função pública. A variação registada corresponde, assim, em termos absolutos, a um acréscimo de cerca de 86 mil euros, resultante dos efeitos referidos, que foram, em parte, minimizados pela redução do número de trabalhadores.

O montante relativo a *fornecimentos e serviços externos* destaca-se também, como é habitual, na estrutura de Custos e Perdas pela sua relevância, tendo atingido 3,441 milhões de euros, valor este superior em cerca de 11% em relação ao verificado em 2015. Note-se que estas contas integram todos os custos intermédios e de funcionamento corrente dos serviços, assim como, diversos custos complementares aos investimentos municipais, assumindo, por este motivo, uma importância acrescida. O aumento registado, que em termos absolutos rondou os 330 mil euros, resultou do aumento de custos associados a alguns encargos permanentes, com destaque para a energia elétrica, e de novos serviços contratados no decurso da preparação de investimentos municipais. Neste sentido, o peso destas contas nas estruturas é elevado, representando cerca de 24% do conjunto dos Custos e Perdas Operacionais e de cerca de 23% do total de Custos e Perdas.

Das restantes contas que compõem os Custos e Perdas Operacionais, deve ainda salientar-se que o valor das *amortizações do exercício* apresentou uma ligeira diminuição em relação ao verificado em 2015, totalizando 3,206 milhões de euros, em resultado de uma pequena diferença no valor das depreciações dos bens do ativo imobilizado. Por este motivo, estas contas reduziram o seu peso no total dos Custos e Perdas, representando, neste exercício, cerca de 21% do total de custos.

No ano em análise as contas de *transferências e subsídios correntes concedidos* registaram um crescimento bastante relevante, atingindo um saldo global de 1,117 milhões de euros, que

representa um aumento de 81% em relação ao ano transato. Este acréscimo dos saldos das contas aqui englobadas resulta, em primeiro lugar, do reconhecimento da transferência destinada à reposição do equilíbrio de resultados da empresa local Termalístur, acontecimento que não se verificou em 2015. Para além desta, foram também reconhecidas várias transferências para entidades privadas em resultado de processos de contencioso, no âmbito dos quais, o município assumiu a responsabilidade de suportar indemnizações. As restantes transferências, quer para as freguesias, quer para as instituições sem fins lucrativos e famílias apresentaram variações pouco expressivas resultantes da normal atividade municipal.

Os saldos das restantes contas de Custos e Perdas Operacionais foram bastante inferiores aos das contas já abordadas, registando variações pouco significativas para a estrutura de custos no exercício, com exceção das contas de *provisões do exercício*, pelos motivos já referidos na análise do Balanço, associados ao reforço das provisões devido a novos processos judiciais de âmbito fiscal.

Os Custos e Perdas Financeiras atingiram um total de 182 mil euros, evidenciando um acréscimo de 70% em relação aos valores registados em 2015, como consequência, quase exclusivamente, da do registo do reforço das provisões relativas à participação no capital da empresa Termalístur, já que os juros e restantes encargos financeiros suportados registaram valores inferiores aos do ano anterior. Em sentido oposto, as contas de Custos e Perdas Extraordinárias registaram um decréscimo na ordem dos 16%, totalizando cerca de 406 mil euros, relativos a transferências de capital concedidas a entidades terceiras no âmbito de parcerias estabelecidas, a multas e penalidades suportadas e a custos associados a diversas correções relativas a empreitadas e a registos de anos anteriores.

O desempenho já referido das contas de Proveitos e Ganhos resulta, principalmente, do comportamento dos Proveitos e Ganhos Operacionais, que têm um peso bastante superior aos dos restantes proveitos no total, tendo somado 13,736 milhões de euros, ou seja, mais cerca de 1% do que no ano transato. Das contas englobadas nos proveitos operacionais, destacam-se, evidentemente, as *transferências e subsídios obtidos*, que englobam as receitas provenientes do Orçamento de Estado, em especial, o Fundo de Equilíbrio Financeiro, a participação no IRS e o Fundo Social Municipal, entre outras transferências obtidas de entidades terceiras. Em 2016, atingiram o montante de 7,271 milhões de euros, tendo registado uma pequena variação positiva em relação a 2015, para a qual terá contribuído o aumento dos montantes provenientes do Estado. Deve referir-se que estas contas têm um peso determinante nas estruturas de Proveitos e Ganhos, já que representam 60% do total de Proveitos e Ganhos Operacionais e cerca de 56% do total de Proveitos e Ganhos.

As contas de *impostos e taxas* registaram também, neste ano, um ligeiro aumento em relação a 2015, uma vez que atingiram os 2,250 milhões de euros, ou seja, mais 2% do que no ano anterior. Este desempenho positivo teve origem nos proveitos associados aos impostos municipais, confirmando a importância destes tributos como fonte de recursos do município, já que representaram em 2016 cerca de 16% dos Proveitos e Ganhos Operacionais e 15% da globalidade dos proveitos do exercício.

Tal como verificado nos *impostos e taxas*, as rubricas de *vendas e prestações de serviços* têm também demonstrado uma evolução bastante positiva, em resultado da adoção de várias medidas com o objetivo de otimizar os sistemas de liquidação e cobrança de diversas tarifas relativas a fornecimento de bens e serviços, de modo a que os procedimentos se tornassem mais eficientes. Neste ano estas contas registaram um aumento superior a 1%, totalizando cerca de 1,149 milhões de euros.

Por último, as contas de *outros proveitos e ganhos operacionais* registaram também um montante pouco superior ao valor do ano anterior, totalizando cerca de 2,067 milhões de euros. Este grupo de contas assume um peso relevante na estrutura de proveitos municipais já que inclui rendimentos normalmente elevados, como é o caso das contrapartidas da empresa local, das rendas de concessão da rede de energia ou das empresas que exploram os parques eólicos do concelho, representando neste ano cerca de e 15% dos Proveitos e Ganhos Operacionais e 14% do total de Proveitos e Ganhos do exercício.

Em linha com o que se verificou em anos anteriores, os Proveitos e Ganhos Financeiros apresentaram valores muito reduzidos, atendendo a que congregam contas associadas a ganhos financeiros que não têm tido expressão, designadamente, os juros de depósitos e outros rendimentos financeiros. Os Proveitos e Ganhos Extraordinários registaram uma diminuição em relação ao ano anterior, na ordem dos 11%, devido a variações em diversos ganhos obtidos e em transferências de capital reconhecidas, somando 974 mil euros.

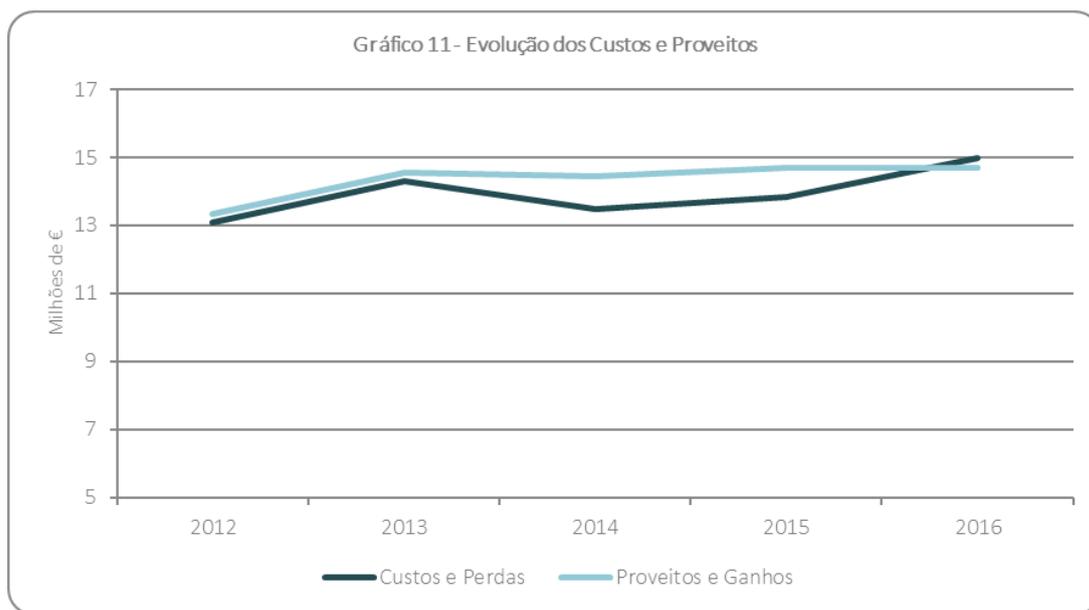
Apesar da análise financeira na ótica de resultados não assumir, nas entidades públicas, uma importância equivalente à do setor empresarial, face à sua natureza e objetivos, é importante referir que, no ano de 2016, se verificou uma deterioração dos resultados obtidos, uma vez que o *resultado líquido do exercício* foi de -281 mil euros. Conforme já se evidenciou ao longo da presente análise, este valor resulta de um aumento da generalidade dos custos do exercício, com exceções de pouca relevância, e de um nível de proveitos idêntico ao alcançado em 2015. Isso

mesmo fica confirmando pelos valores (negativos) obtidos, quer nos *resultados operacionais*, quer nos *resultados financeiros e correntes*.

Quadro 19 - Demonstração de Resultados Resumida

Designação	2016	2015	Var. 15/16
<b>CUSTOS E PERDAS</b>			
<b>Custos e perdas operacionais</b>	<b>14.403.386,87 €</b>	<b>13.258.521,04 €</b>	<b>8,63%</b>
CMVMC	110.980,69 €	109.833,74 €	1,04%
Fornecimentos e serviços externos	3.440.649,61 €	3.110.156,39 €	10,63%
Custos com pessoal	6.217.873,95 €	6.131.890,91 €	1,40%
Transferências e subs. conced.	1.116.692,62 €	616.437,88 €	81,15%
Amortizações do exercício	3.206.335,24 €	3.214.369,19 €	-0,25%
Provisões do exercício	264.434,67 €	16.616,03 €	1491,44%
Outros custos e perdas operacionais	46.420,09 €	59.216,90 €	-21,61%
<b>Custos e perdas financeiras</b>	<b>182.450,23 €</b>	<b>107.344,35 €</b>	<b>69,97%</b>
<b>Custos e perdas extraordinárias</b>	<b>406.328,02 €</b>	<b>484.840,55 €</b>	<b>-16,19%</b>
<b>Total de Custos e Perdas</b>	<b>14.992.165,12 €</b>	<b>13.850.705,94 €</b>	<b>8,24%</b>
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>			
<b>Proveitos e ganhos operacionais</b>	<b>13.736.333,70 €</b>	<b>13.618.959,19 €</b>	<b>0,86%</b>
Vendas e prestações de serviços	1.149.059,60 €	1.134.550,92 €	1,28%
Impostos e taxas	2.249.567,51 €	2.198.867,56 €	2,31%
Transferências e subsídios obtidos	8.271.121,44 €	8.254.735,60 €	0,20%
Outros proveitos e ganhos oper.	2.066.585,15 €	2.030.805,11 €	1,76%
<b>Proveitos e ganhos financeiros</b>	<b>863,59 €</b>	<b>8,02 €</b>	<b>10667,96%</b>
<b>Proveitos e ganhos extraordinários</b>	<b>973.526,02 €</b>	<b>1.091.417,10 €</b>	<b>-10,80%</b>
<b>Total de Proveitos e Ganhos</b>	<b>14.710.723,31 €</b>	<b>14.710.384,31 €</b>	<b>0,00%</b>
<b>RESULTADOS</b>			
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>-667.053,17 €</b>	<b>360.438,15 €</b>	<b>-285,07%</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-181.586,64 €</b>	<b>-107.336,33 €</b>	<b>69,18%</b>
<b>Resultados Correntes</b>	<b>-848.639,81 €</b>	<b>253.101,82 €</b>	<b>-435,30%</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>-281.441,81 €</b>	<b>859.678,37 €</b>	<b>-132,74%</b>

Efetuada, por último, uma breve análise ao comportamento dos custos e dos proveitos ao longo dos últimos 5 exercícios, pode verificar-se, conforme gráfico abaixo, que os valores dos proveitos se mantiveram superiores aos dos custos, com exceção do ano de 2016, em que se registou uma inversão do sentido do resultado líquido. Fica também evidente, pelo distanciamento das linhas representativas, que nos exercícios de 2014 e 2015 obtiveram-se os resultados mais significativos.



### 3.3. Indicadores Económico-Financeiros

Tendo presente que a utilização de indicadores na análise económica e financeira das autarquias não é, muitas das vezes, objetiva e resulta, inevitavelmente, da adaptação de rácios utilizados para o sector empresarial, cujo interesse e oportunidade se podem equacionar, apresenta-se, seguidamente, a análise dos resultados de alguns indicadores de base patrimonial, apurados por recurso aos dados do balanço e que permitem extrair algumas conclusões sobre a sua evolução ao longo dos últimos 5 exercícios.

Quadro 20 - Evolução dos Rácios Económico-Financeiros

Designação	Rácio	2012	2013	2014	2015	2016
Coeficiente de Solvabilidade	Fundos Próprios / Passivo	134%	128%	150%	173%	182%
Autonomia Financeira	Fundos Próprios / Ativo Total	57%	56%	60%	63%	65%
Liquidez Geral	Circulante / Passivo de Curto Prazo	16%	30%	31%	50%	86%
Grau de Dependência do Médio/Longo Prazo	Dívida M/L Prazo / Activo Total	7%	9%	8%	7%	7%
Endividamento	Dívidas a terceiros / Fundos Próprios + Passivo	25%	23%	18%	14%	13%

Dos resultados dos indicadores, pode concluir-se o seguinte:

- O coeficiente de solvabilidade melhorou em relação ao ano anterior e manteve a tendência dos últimos anos, situando-se no nível mais elevado do horizonte de análise, o que significa que o município reforçou a sua capacidade para, com os seus próprios meios, satisfazer todos os compromissos assumidos, reduzindo a dependência dos seus credores;
- A autonomia financeira aumentou também em relação aos últimos anos, o que significa que o município reforçou a parte dos seus investimentos, das suas aplicações e dos seus recursos mais voláteis que são cobertos pelos fundos próprios, diminuindo a necessidade de recurso a capitais externos;
- Em linha com os restantes indicadores, o rácio de liquidez geral aumentou em relação a 2015, alcançando o valor mais relevante dos últimos anos, revelando que uma parte mais representativa do passivo de curto prazo pode ser coberta pelos meios mais líquidos e disponíveis do ativo;
- O grau de dependência do médio/longo prazo manteve-se a um nível equivalente ao de 2015, confirmando a reduzida dependência da autarquia, relativamente a financiamento de médio/longo prazos, para manter e melhorar os seus meios e o nível dos seus investimentos;
- O nível de endividamento manteve a tendência de diminuição progressiva, situando-se no nível mais baixo do horizonte de análise, confirmando que o peso das dívidas a terceiros no total do passivo e fundos próprios é reduzido, não sendo relevante para a sua estrutura patrimonial.

### 3.4. Análise dos Custos por Função

Desde a aprovação do POCAL, que o regime contabilístico das autarquias prevê a existência de um sistema de contabilidade de custos, que se traduza num importante instrumento de gestão financeira que permita o apuramento dos custos por funções e dos custos subjacentes à fixação

de taxas e tarifas, sendo inclusivamente de implementação obrigatória para todas as entidades que adotam este sistema, por força do disposto no seu ponto 2.8.2.1. A importância da contabilidade de custos foi também reforçada, quer pelo regime geral das taxas (aprovado pela Lei n.º 53-E/2009), quer pelo mais recente regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei n.º 73/2013), que vieram estabelecer que os diversos instrumentos de remuneração fixados pelas autarquias deveriam corresponder, pelo menos, aos custos diretos e indiretos suportados pela produção dos bens disponibilizados e pelos serviços prestados.

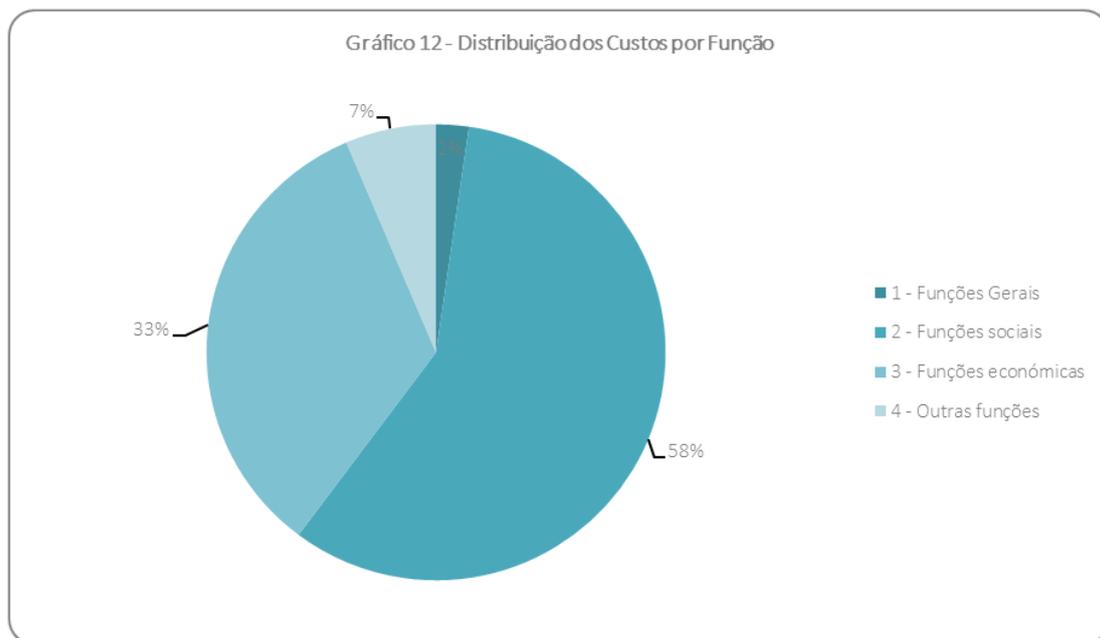
Na sequência da adoção deste subsistema pela maioria dos municípios, decorrente, fundamentalmente, da necessidade de fundamentar económica e financeiramente o valor dos respetivos tributos, passou a dar-se importância à divulgação da informação obtida, como complemento às demonstrações financeiras obrigatórias, permitindo uma melhor avaliação da gestão municipal e não só do uso que os responsáveis fazem dos recursos disponíveis, mas também da forma como os obtêm, ganhando especial relevância face à matriz pública das suas atribuições.

Com base nas necessidades referidas, este município idealizou um sistema de recolha de informação permanente que permite, desde 2008, o apuramento detalhado dos custos, e também dos proveitos, com base nas regras definidas, associados ao conjunto de bens e serviços que presta ou produz. Este sistema baseia-se em informação recolhida nos diversos serviços municipais, assumindo uma significativa complexidade e exigindo uma adaptação constante às alterações introduzidas na sua matriz de funcionamento interno.

Com base neste sistema, são periodicamente obtidos e trabalhados os dados suficientes para elaboração dos mapas definidos no POCAL. A informação constante nestes mapas reveste-se de extrema relevância e utilidade para o processo interno de tomada de decisões relacionadas com os impactos e resultados da atividade municipal. Porém, para que esta informação possa complementar a informação financeira disponibilizada pelos restantes mapas de prestação de contas, apresenta-se um quadro resumo com o apuramento dos custos por função, reportado à data de 31/12/2016:

Quadro 21 - Custos por Função

Função	2016		2015		Var. 15/16	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso
<b>1 - Funções Gerais</b>	<b>326.195,66 €</b>	<b>2,30%</b>	<b>268.271,41 €</b>	<b>2,09%</b>	<b>57.924,25 €</b>	<b>0,21 p.p.</b>
111 - Administração geral	224.821,68 €	1,58%	168.915,18 €	1,31%	55.906,50 €	0,27 p.p.
121 - Protecção civil e luta contra incêndios	101.373,98 €	0,71%	99.356,23 €	0,77%	2.017,75 €	-0,06 p.p.
<b>2 - Funções sociais</b>	<b>8.229.180,86 €</b>	<b>57,93%</b>	<b>7.269.758,36 €</b>	<b>56,55%</b>	<b>959.422,50 €</b>	<b>1,38 p.p.</b>
211 - Ensino não superior	634.867,99 €	4,47%	646.143,78 €	5,03%	-11.275,79 €	-0,56 p.p.
212 - Serviços auxiliares de ensino	1.351.640,13 €	9,52%	1.245.184,29 €	9,69%	106.455,84 €	-0,17 p.p.
221 - Serviços individuais de saúde	640.643,78 €	4,51%	176.983,10 €	1,38%	463.660,68 €	3,13 p.p.
231 - Segurança social	9.934,62 €	0,07%	9.934,62 €	0,08%	0,00 €	-0,01 p.p.
232 - Acção social	327.974,87 €	2,31%	306.526,58 €	2,38%	21.448,29 €	-0,08 p.p.
241 - Habitação	89.917,10 €	0,63%	102.497,15 €	0,80%	-12.580,05 €	-0,16 p.p.
242 - Ordenamento do território	511.963,95 €	3,60%	446.906,61 €	3,48%	65.057,34 €	0,13 p.p.
243 - Saneamento	546.572,71 €	3,85%	560.712,41 €	4,36%	-14.139,70 €	-0,51 p.p.
244 - Abastecimento de água	959.450,61 €	6,75%	864.509,25 €	6,72%	94.941,36 €	0,03 p.p.
245 - Resíduos sólidos	619.834,79 €	4,36%	605.453,60 €	4,71%	14.381,19 €	-0,35 p.p.
246 - Protecção do meio ambiente e cons. nat.	711.291,37 €	5,01%	649.327,58 €	5,05%	61.963,79 €	-0,04 p.p.
251 - Cultura	676.662,40 €	4,76%	484.367,34 €	3,77%	192.295,06 €	1,00 p.p.
252 - Desporto, recreio e lazer	1.105.253,30 €	7,78%	1.118.763,05 €	8,70%	-13.509,75 €	-0,92 p.p.
253 - Outras actividades cívicas e religiosas	43.173,24 €	0,30%	52.449,00 €	0,41%	-9.275,76 €	-0,10 p.p.
<b>3 - Funções económicas</b>	<b>4.741.327,99 €</b>	<b>33,38%</b>	<b>4.736.898,16 €</b>	<b>36,85%</b>	<b>4.429,83 €</b>	<b>-3,47 p.p.</b>
310 - Agricultura, pecuária, silv., caça e pesca	216.729,74 €	1,53%	246.084,25 €	1,91%	-29.354,51 €	-0,39 p.p.
320 - Indústria e energia	829.343,43 €	5,84%	882.956,06 €	6,87%	-53.612,63 €	-1,03 p.p.
331 - Transportes rodoviários	3.496.670,69 €	24,62%	3.502.403,91 €	27,24%	-5.733,22 €	-2,63 p.p.
341 - Mercados e feiras	28.570,37 €	0,20%	14.872,90 €	0,12%	13.697,47 €	0,09 p.p.
342 - Turismo	170.013,76 €	1,20%	90.581,04 €	0,70%	79.432,72 €	0,49 p.p.
<b>4 - Outras funções</b>	<b>908.260,52 €</b>	<b>6,39%</b>	<b>580.986,96 €</b>	<b>4,52%</b>	<b>327.273,56 €</b>	<b>1,87 p.p.</b>
410 - Operações da dívida autárquica	197.302,83 €	1,39%	116.076,35 €	0,90%	81.226,48 €	0,49 p.p.
420 - Transferências entre administrações	191.272,86 €	1,35%	155.935,48 €	1,21%	35.337,38 €	0,13 p.p.
430 - Diversas não especificadas	519.684,83 €	3,66%	308.975,13 €	2,40%	210.709,70 €	1,26 p.p.
<b>Totais</b>	<b>14.204.965,03 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>12.855.914,89 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.349.050,14 €</b>	<b>0,00 p.p.</b>



### 3.5. Evolução da Dívida Municipal

Atendendo à (cada vez mais) ampla matriz de atribuições e competências das autarquias locais, os responsáveis pela gestão municipal sentiram, ao longo dos anos, sérias dificuldades para financiar a atividade autárquica apenas com recurso a meios próprios, e a opção por financiamento alheio, em especial, pelo crédito bancário esteve permanentemente na base das políticas de investimento locais. Desde meados da década passada que a problemática do endividamento das autarquias ganhou relevância na discussão sobre as finanças públicas nacionais e, principalmente depois do pedido de apoio financeiro internacional, os limites ao endividamento passaram a ser tratados com reduzida tolerância, passando a incluir quadros de responsabilização bastante severos.

Foi neste contexto exigente e rigoroso que foi delineada a estratégia municipal ao longo dos últimos anos e definidos os respetivos objetivos políticos. Com o atual quadro legislativo em matéria financeira, tornou-se imperativa a opção por um nível de atividade compatível com o cumprimento das regras de controlo orçamental, sem por em causa o funcionamento corrente e os investimentos que permitem a disponibilização de meios e a prestação de serviços que são exigidos a entidades públicas de maior proximidade com as populações.

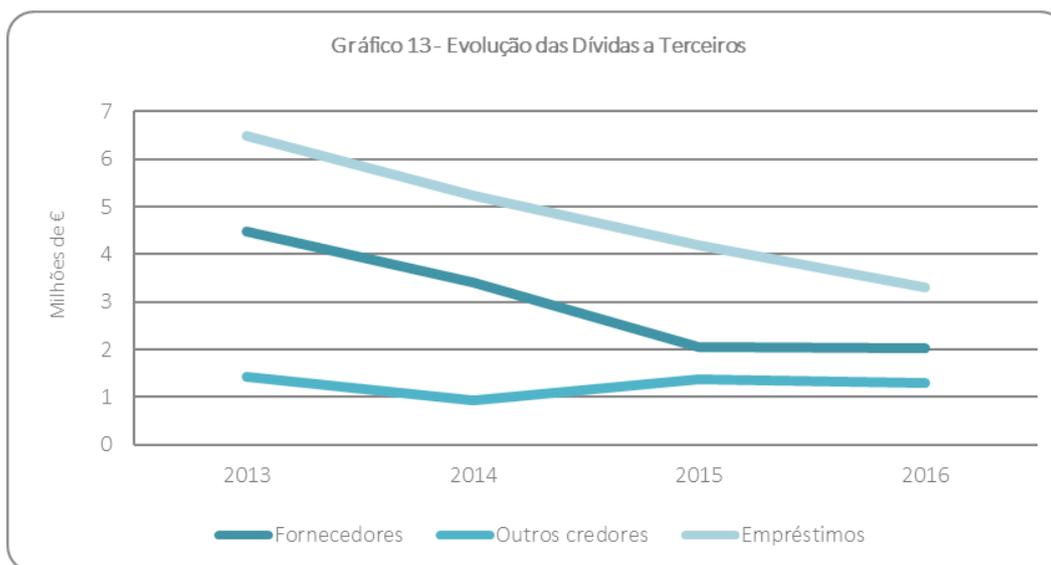
Ciente do caminho a prosseguir, o executivo municipal definiu como prioridade a redução da dívida municipal, de forma a eliminar o risco de incumprimento dos imperativos legais e evitar

os constrangimentos que o elevado nível de endividamento impõe atualmente às entidades públicas. Neste sentido, no final de 2016, a dívida municipal totalizava 6,609 milhões de euros, tendo registado uma diminuição superior a 13% em relação aos valores de 2015. Do montante total, cerca de 3,156 milhões de euros referem-se a dívidas de curto prazo (48%), nas quais se inclui a parcela de dívida empréstimos de médio e longo prazo a pagar no horizonte de 1 ano, enquanto que 3,454 milhões de euros (52%), dizem respeito a dívidas de médio e longo prazo, que incluem, neste ano, para além dos empréstimos, as dívidas a fornecedores e outros credores com exigibilidades superiores a 1 ano.

Quadro 22 - Evolução das Dívidas a Terceiros

Designação	2013	2014	2015	2016
<b>Dívidas de curto prazo</b>	<b>7.271.430,81 €</b>	<b>5.375.068,14 €</b>	<b>3.920.000,71 €</b>	<b>3.155.736,60 €</b>
Fornecedores	2.596.175,95 €	2.534.828,65 €	1.720.686,28 €	1.114.361,20 €
Fornecedores de imobilizado	1.869.104,41 €	868.950,01 €	344.435,14 €	543.479,11 €
Estado e outros entes públicos	71.096,65 €	62.089,83 €	59.645,90 €	58.770,93 €
Administração autárquica	76.547,35 €	61.136,16 €	5.500,00 €	0,00 €
Outros credores	1.284.434,45 €	799.147,49 €	811.147,43 €	794.278,68 €
Empréstimos CP	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Empréstimos MLP -Valor exigível a CP	1.374.072,00 €	1.048.916,00 €	978.585,96 €	644.846,68 €
<b>Dívidas de médio/longo prazo</b>	<b>5.122.012,53 €</b>	<b>4.182.696,37 €</b>	<b>3.714.663,24 €</b>	<b>3.453.559,96 €</b>
Empréstimos	5.122.012,53 €	4.182.696,37 €	3.203.508,04 €	2.651.370,03 €
Fornecedores e outros credores	0,00 €	0,00 €	511.155,20 €	802.189,93 €
<b>Total</b>	<b>12.393.443,34 €</b>	<b>9.557.764,51 €</b>	<b>7.634.663,95 €</b>	<b>6.609.296,56 €</b>

Na análise da evolução da dívida deve ter-se presente que no exercício de 2016 foi efetuada uma desagregação por exigibilidade superior à que constava em contas de exercícios anteriores. Os procedimentos adotados visaram a correta apresentação das dívidas a terceiros de acordo com a estrutura do balanço, mas limitam, porém, a comparação direta entre os anos. Na análise da evolução por grandes grupos de terceiros – fornecedores (que incluem fornecedores de imobilizado), empréstimos e outros credores (que incluem todas as entidades não classificadas como fornecedores ou credores de empréstimos) - conforme se apresenta no gráfico seguinte, pode confirmar-se que a trajetória das dívidas a fornecedores tem-se mantido, desde 2013, descendente, apesar de registar um menor ritmo entre 2015 e 2016. As dívidas de empréstimos têm também diminuído nos últimos anos de forma regular, coincidindo com o ritmo de amortização dos financiamentos contratados, ao passo que as dívidas a outros credores sofreram um aumento em 2015, como consequência do reconhecimento da obrigação de contribuição do município para o FAM.



### 3.6. Limites da Dívida Total

A Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, relativamente aos limites de endividamento municipal, introduziu, no seu art. 52.º, o conceito de dívida total, que inclui a dívida global de natureza orçamental de cada município, acrescida das dívidas da mesma natureza pertencentes a todas as entidades com as quais estes se relacionam de forma significativa. Neste sentido, as entidades relevantes para efeitos do limite da dívida total, conforme definido no art. 54.º do mencionado regime, incluem os serviços municipalizados, as entidades intermunicipais e associativas que o município integra, as empresas locais e participadas, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas, as cooperativas e fundações, e todas as restantes entidades na quais os municípios exerçam alguma forma de controlo.

Neste contexto, importa descrever os conceitos subjacentes ao quadro legal referido, de modo a facilitar o enquadramento do município nas regras que lhes estão subjacentes. Assim, a Lei n.º 73/2013 estabelece, nos números 1 e 2 do artigo 52.º, o seguinte:

- A dívida total de operações orçamentais de cada município, incluindo a das entidades participadas (previstas no artigo 54.º), não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores;

- A dívida total de operações orçamentais engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Está ainda definido no n.º 4 do mesmo artigo que:

- Sempre que um município não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido;
- Sempre que um município cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

De acordo com estes conceitos, e recorrendo a dados provisórios relativamente à contribuição das entidades participadas, a situação do Município de S. Pedro do Sul face ao limite da dívida total no final do exercício de 2016, era a seguinte:

Quadro 23 - Situação face ao Limite da Dívida Total

Designação	2016
Limite global (nº1art. 52º RFALEI)	18.924.612,18 €
Limite do ano (al. b) nº3 art. 52º RFALEI)	9.555.328,83 €
Endividamento Relevante:	
<i>Município</i>	5.706.354,85 €
<i>Entidades participadas*</i>	582.840,12 €
<b>Total</b>	<b>6.289.194,97 €</b>
Margem global	12.635.417,21 €
Margem do ano	3.266.133,86 €

\* Valores provisórios

De acordo com os dados apurados, confirma-se que trajetória decrescente da dívida municipal acompanhada de um aumento da média das suas receitas correntes líquidas tem contribuído decisivamente para a melhoria da situação do município relativamente ao limite da dívida total. A dívida de operações orçamentais, em termos individuais, situa-se em cerca de 5,706 milhões de euros, à qual acresce a parte da dívida das entidades participadas que releva para o conceito da dívida total (dados provisórios), no montante de cerca de 583 mil euros. A dívida total municipal,

na ótica de grupo, para os efeitos previstos no art. 52.º da Lei n.º 73/2013, é de 6,289 milhões de euros, ficando bastante abaixo do limite, estipulado em 18,925 milhões de euros.

Deve ainda referir-se que, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 3 do art. 52.º da Lei n.º 73/2013, as entidades que cumpram os limites da dívida total, conforme descrito acima, só podem aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios. Com base nesta regra, apurou-se um limite utilizável no ano de 2015, no valor de 9,555 milhões de euros, em relação ao qual, se obteve, ainda assim, uma margem de 3,266 milhões de euros.

## 4. Proposta de Aplicação dos Resultados

Nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2016, no valor de -281.441,81 euros, seja aplicado da seguinte forma:

- O valor seja transferido para a conta 59 – Resultados transitados;
- Não seja efetuado qualquer reforço do Património ou das Reservas.

## 5. Factos Relevantes após o Termo do Exercício

Após o termo do exercício de 2016, não se registaram factos dignos de relevo.

## 6. Informação Complementar no âmbito do PAEL e da LCPA

### 6.1. Execução do Programa de Apoio à Economia Local

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do art. 12.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, que criou o Programa de Apoio à Economia Local, apresentam-se os dados relativos à execução deste programa, com referência a 31/12/2016.

#### Caracterização do Financiamento:

**Montante contratado:** 2.873.608,73 €

**Montante utilizado:** 2.850.608,73 €

**Prazo:** 14 anos

**Data de Visto:** 26/02/2013

**Data de recebimento dos desembolsos:** 27/03/2013 e 25/07/2013

#### Mapas de Acompanhamento:

A execução do plano de ajustamento financeiro aprovado no âmbito do PAEL, é demonstrada nos mapas apresentados nas páginas seguintes, de acordo com os modelos criados para o acompanhamento anual da DGAL, com a informação referente ao final do exercício de 2016.

QUADRO I: SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA ATUAL E PREVISÕES DE EVOLUÇÃO

Descrição	Valores estimados PAF	Valores Apurados 2016 (acumulado)	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação
	2016			
<b>A1. Saldo inicial</b> (de operações orçamentais)	602.134,14	101.337,82	-500.796,32	As observações e justificações relativas às variações dos agregados que compõem este mapa são apresentadas nos quadros III e IV, nas respetivas rubricas orçamentais/patrimoniais.
<b>A2. Reposições não abatidas nos pagamentos</b>	0,00	75,00	75,00	
<b>A3. Receita efetiva</b>	14.147.237,15	13.816.551,79	-330.685,36	
A3.1. Receita corrente	11.036.251,15	12.573.790,17	1.537.539,02	
A3.2. Receita capital (s/ ativos e passivos financ.) ... da qual	3.110.986,00	1.242.761,62	-1.868.224,38	
A3.2.1. Venda de bens de investimento	52.600,00	279.168,50	226.568,50	
<b>A4. Despesa efetiva</b>	12.128.036,97	12.857.094,79	729.057,82	
A4.1. Correntes ... das quais	10.233.497,80	11.131.171,64	897.673,84	
A4.1.1. Juros	393.601,53	265.546,99	-128.054,54	
a. Resultantes do PAEL	116.850,32	54.285,27	-62.565,05	
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	152.684,72	13.068,15	-139.616,57	
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	124.066,49	198.193,57	74.127,08	
A4.1.2. Despesas com pessoal	5.788.461,18	6.268.497,01	480.035,83	
A4.2. Despesas de capital (s/ ativos e passivos financ.)	1.894.539,17	1.725.923,15	-168.616,02	
<b>A5. Saldo global</b>	2.019.200,18	959.457,00	-1.059.743,18	
A5.1. Saldo corrente	802.753,35	1.442.618,53	639.865,18	
A5.2. Saldo de capital	1.216.446,83	-483.161,53	-1.699.608,36	
<b>A6. Saldo primário</b>	2.412.801,71	1.225.003,99	-1.187.797,72	
<b>A7. Ativos financeiros líquidos amortizações</b>	0,00	102.231,00	102.231,00	
A7.1. Receitas de ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	
A7.2. Despesas de ativos financeiros	0,00	102.231,00	102.231,00	
<b>A8. Passivos financeiros líquidos amortizações</b>	-1.640.243,02	-885.877,29	754.365,73	
A8.1. Receitas de passivos financeiros	0,00	600.000,00	600.000,00	
A8.2. Despesas de passivos financeiros	1.640.243,02	1.485.877,29	-154.365,73	
a. Resultantes do PAEL	210.989,28	205.834,70	-5.154,58	
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	729.253,74	680.042,59	-49.211,15	
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	700.000,00	600.000,00	-100.000,00	
<b>A9. Receita total</b>	14.147.237,15	14.416.626,79	269.389,64	
<b>A10. Despesa total</b>	13.768.279,99	14.445.203,08	676.923,09	
<b>A11. Saldo para a gerência seguinte</b>	981.091,30	72.761,53	-908.329,77	
<b>A12. Serviço da dívida</b>	2.033.844,55	1.751.424,28	-282.420,27	
<b>A13. Endividamento total</b>	9.173.697,69	6.598.061,69	-2.575.636,00	
A13.1 Bancário	4.988.096,46	3.296.216,71	-1.691.879,75	
A13.1.1 Médio e longo prazo	3.577.902,58	2.651.370,03	-926.532,55	
a. Resultante do PAEL	2.437.050,47	1.852.512,36	-584.538,11	
b. Outro endividamento bancário de médio e longo prazo c)	1.140.852,11	798.857,67	-341.994,44	
A13.1.2 Curto prazo	1.410.193,88	644.846,68	-765.347,20	
A13.2 Fornecedores	2.424.752,25	1.998.891,27	-425.860,98	
A13.3 Outra dívida a terceiros não financeira	1.760.848,98	1.302.953,71	-457.895,27	
<b>A14. Prazo médio de pagamento</b> (n.º dias)	165	116	-49	

QUADRO II: MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO

Descrição das medidas	Data início prevista para os efeitos da aplicação da medida	2011 Valores apurados (indique o montante total executado nas rubricas respetivas)	Quantificação do impacto financeiro previsto resultante da aplicação da medida (indique apenas o acréscimo, em relação a 2011, resultante da implementação da medida)		Valores executados		Justificação da implementação da medida (ata de reunião, edital, despacho, ...)	Quantificação dos impactos da medida
			2016		2016			
			Valor ano	Peso/impacte nas contas 2011 (%)	Valor ano	Desvio face ao previsto		
<b>B.1 Aumento da receita</b>								
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários	01/01/2013	423.059,57	473.454,42	4%	372.130,78	498.676,36	Manutenção das medidas adotadas em anos anteriores.	Com as medidas aplicadas tem-se garantido um aumento das receitas resultantes dos tarifários aqui considerados.
2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município	01/04/2013	1.731.887,46	79.578,47	5%	386.340,27	306.761,80	Manutenção das medidas adotadas em anos anteriores.	Com as medidas aplicadas tem-se garantido um aumento das receitas aqui consideradas.
3. Outras medidas com impacto no aumento da receita								
3.1 <i>Rentabilização do património municipal</i>	01/01/2013	12.209,75	0,00	0%	266.958,75	266.958,75	Alienação de diverso património mobiliário e imobiliário do Município não necessário para a sua atividade, com especial destaque para as antigas escolas de Nespereira Alta, Freixo, Travanca e Covelo, e antigo edifício das oficinas municipais.	
<b>Total Aumento de receita (B.1)</b>		<b>2.167.156,78</b>	<b>253.032,89</b>	<b>12%</b>	<b>1.025.429,80</b>	<b>772.396,91</b>		
<b>B.2 Redução da despesa</b>						0,00		
4. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais	01/01/2013	1.196.496,58	119.649,70	10%	-563.869,13	-683.513,88	Foram mantidas as medidas adotadas em anos anteriores relativamente à limitação e/ou redução dos valores de diversos bens e serviços.	O desvio significativa face ao previsto resulta de, essencialmente, de novas contratações de serviços associadas à implementação de vários projetos, em parte candidados a cofinanciamento comunitário. A recuperação dos pagamentos em atraso também teve influência no impacto das medidas.
5. Outras medidas com impacto na redução da despesa						0,00		
5.1 <i>Incremento da eficiência e otimização do sistema de iluminação pública</i>	01/01/2013	513.496,45	77.024,47	15%	-162.317,78	-239.342,25	Celebração com fornecedor do mercado liberalizado com redução da generalidade das tarifas de energia ativa.	Impacto influenciado pelos aumentos tarifários e de acesso às redes, bem como pelas dificuldades na implementação rápida de medidas de eficiência energética. O impacto é também influenciado pela irregularidade da faturação do fornecedor.
5.2 <i>Redução das despesas relativas a contratação de serviços especializados e formação</i>	01/01/2013	63.060,00	8.828,40		-41.960,15	-50.788,55	Permaneceram em vigor os atos anteriores com impacto na medida, designadamente, de limitação de contratação de serviços (estudos, apereceres e consultadoria) e de participação em ações de formação.	Impacto influenciado por contratação de serviços externos necessários à implementação de projetos de remodelação do sistema de abastecimento de água e saneamento, entre outros de menor dimensão.
5.3 <i>Redução dos encargos com horas extraordinárias e ajudas de custo</i>	01/01/2013	89.865,81	8.986,58		29.251,40	20.264,82	Permaneceram em vigor os despachos relativos à limitação e controlo de deslocações que confirmam o direito a ajudas de custo e de trabalho extraordinário pago.	
<b>Total Poupança gerada pela redução da despesa (B.2)</b>		<b>1.862.918,84</b>	<b>214.489,15</b>	<b>12%</b>	<b>-738.895,71</b>	<b>-953.384,86</b>		
<b>B.3 Outras medidas</b>								
6. <i>Informação referente a eventuais concursos públicos que se encontrem a decorrer b)</i>	01/10/2012	-134.593,50	0,00	0%	0,00	0,00		
7. <i>Informação referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado dos quais resulte significativo impacto financeiro para o município b)</i>	01/01/2013	-140.580,36	0,00	0%	0,00	0,00		
<b>Total aumento receita / poupança gerada pelas outras medidas (B.3)</b>		<b>-275.173,86</b>	<b>0,00</b>	<b>0%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		
<b>Total impacto esperado (B.1+B.2+B.3)</b>		<b>3.754.901,76</b>	<b>467.522,04</b>	<b>12%</b>	<b>286.534,09</b>	<b>-180.987,95</b>		Apesar do impacto ter sido inferior ao previsto, devido a desvios em algumas medidas, foram cumpridos os principais objetivos do PAF, conforme se verifica nos restantes mapas.

QUADRO III: EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA

Descrição	Valores estimados PAF	Valores Executados 2016	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
	2016			
<b>Receitas correntes</b>	<b>11.036.251,15</b>	<b>12.573.790,17</b>	<b>-1.537.539,02</b>	
Impostos directos	1.857.989,65	1.942.341,79	-84.352,14	
IMI	1.147.551,91	1.291.957,48	-144.405,57	
IMT	249.469,85	219.046,13	30.423,72	Varição decorrente da situação do mercado imobiliário, demonstrando contudo alguma recuperação.
Derrama	172.504,36	116.517,66	55.986,70	Varição decorrente da situação financeira dos agentes económicos, demonstrando contudo alguma recuperação.
Outros	288.463,54	314.820,52	-26.356,98	
Impostos indirectos	20.155,58	13.642,75	6.512,83	Varição decorrente da diminuição de processos que originam receitas desta natureza, designadamente de urbanismo.
Taxas, multas e outras penalidades	<b>341.201,46</b>	<b>289.952,30</b>	<b>51.249,16</b>	Varição resultante do n.º de atos e processos que originam taxas serem inferiores aos estimados.
Taxas	327.309,90	268.887,83	58.422,07	
Multas	13.891,56	21.064,47	-7.172,91	
Rendimentos da propriedade	1.587.685,73	1.512.442,80	75.242,93	Os valores executados foram influenciados por dívidas não cobradas.
Transferências correntes	5.393.807,00	7.581.588,67	-2.187.781,67	
<b>Venda de bens e serviços correntes</b>	<b>1.806.320,39</b>	<b>1.188.820,20</b>	<b>617.500,19</b>	
Venda de bens	287.907,94	366.107,16	-78.199,22	
Serviços	751.521,77	819.333,29	-67.811,52	
Rendas	766.890,68	3.379,75	763.510,93	A diferença registada deve-se em parte à alteração na classificação da renda de concessão de rede de energia elétrica que passou a ser enquadrada no capítulo 05 - rendimentos de propriedade.
Outras receitas correntes	29.091,34	45.001,66	-15.910,32	
<b>Receitas de capital</b>	<b>3.110.986,00</b>	<b>1.842.761,62</b>	<b>1.268.224,38</b>	
<b>Venda de bens de investimento</b>	<b>52.600,00</b>	<b>279.168,50</b>	<b>-226.568,50</b>	
Terrenos	0,00	0,00	0,00	
Habitacões	0,00	106.271,00	-106.271,00	
Edifícios	50.000,00	171.397,50	-121.397,50	
Outros bens de investimento	2.600,00	1.500,00	1.100,00	
<b>Transferências de capital</b>	<b>3.058.386,00</b>	<b>963.593,12</b>	<b>2.094.792,88</b>	A diferença registada deve-se às alterações na distribuição do FEF e na expectativa de recebimento de financiamento para investimentos que não se concretizou.
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	2.808.386,00	659.857,00	2.148.529,00	A diferença registada deve-se à alteração da distribuição do FEF entre a natureza corrente e de capital.
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	
Passivos financeiros	0,00	600.000,00	-600.000,00	Recebimento dos valores do empréstimo de curto prazo.
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	
Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	75,00	-75,00	
<b>Total receita</b>	<b>14.147.237,15</b>	<b>14.416.626,79</b>	<b>-269.389,64</b>	
<b>Receitas correntes</b>	<b>11.036.251,15</b>	<b>12.573.790,17</b>	<b>-1.537.539,02</b>	
<b>Receitas de capital</b>	<b>3.110.986,00</b>	<b>1.842.761,62</b>	<b>1.268.224,38</b>	
<b>Despesas correntes</b>	<b>10.233.497,80</b>	<b>11.131.171,64</b>	<b>-897.673,84</b>	
Despesas com o pessoal	5.788.461,18	6.268.497,01	-480.035,83	A trajetória de redução foi interrompida devido à reversão das reduções remuneratórias.
Remunerações certas e permanentes	4.488.421,90	4.791.150,40	-302.728,50	
Abonos variáveis ou eventuais	172.207,71	93.710,88	78.496,83	
Segurança social	1.127.831,57	1.383.635,73	-255.804,16	
<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>3.640.426,60</b>	<b>3.830.380,56</b>	<b>-189.953,96</b>	Varição decorrente da atividade municipal e da regularização de pagamentos em atraso.
Aquisição de bens	816.493,79	711.679,75	104.814,04	
Aquisição de serviços	2.823.932,81	3.118.700,81	-294.768,00	

QUADRO III: EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA

(continuação)

Descrição	Valores estimados PAF	Valores Executados 2016	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
	2016			
Juros e outros encargos	393.601,53	265.546,99	128.054,54	Desvio resultante do montante da dívida financeira (inferior à prevista) e da diminuição das taxas de referência relevantes para apuramento das taxas de juro nominais.
Resultantes do PAEL	116.850,32	54.285,27	62.565,05	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	152.684,72	13.068,15	139.616,57	
Resultantes de endividamento de curto prazo	124.066,49	198.193,57	-74.127,08	Varição resultante da regularização do pagamento de juros de mora a fornecedores.
Transferências correntes	362.095,74	734.127,84	-372.032,10	Varição decorrente de transferências para as freguesias ao abrigo de protocolos de transição da gestão de águas e para inst. Sem fins lucrativos e famílias no âmbito de apoios sociais, recreativos e desportivos.
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	28.393,89	-28.393,89	
Freguesias	16.147,13	265.073,19	-248.926,06	
Associações de municípios	4.250,00	1.018,02	3.231,98	
Instituições sem fins lucrativos	67.134,66	264.508,02	-197.373,36	
Famílias	252.495,95	139.749,86	112.746,09	
Outras	22.068,00	35.384,86	-13.316,86	
Subsídios	0,00	0,00	0,00	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	
Famílias	0,00	0,00	0,00	
Outros	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas correntes	48.912,74	32.619,24	16.293,50	
<b>Despesas de capital</b>	<b>3.534.782,19</b>	<b>3.314.031,44</b>	<b>220.750,75</b>	
Aquisição de bens de capital	1.728.054,15	1.682.956,55	45.097,60	
Investimentos	1.606.374,28	653.346,11	953.028,17	
Terrenos	65.000,00	243.416,97	-178.416,97	Aumento resultante da implementação de projetos de saneamento e reabilitação urbana.
Habitacões	2.730,21	0,00	2.730,21	
Edifícios	462.364,51	54.301,08	408.063,43	
Construções diversas	920.134,78	22.431,57	897.703,21	
Outros	156.144,78	333.196,49	-177.051,71	
Locação financeira	8.010,00	0,00	8.010,00	
Bens de domínio público	113.669,88	1.029.610,44	-915.940,57	Varição resultante da alteração na distribuição dos investimentos municipais por tipologia e classificação.
Transferências de capital	166.485,02	42.966,60	123.518,42	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	
Freguesias	19.000,00	5.000,00	14.000,00	
Associações de municípios	100.085,02	0,00	100.085,02	
Instituições sem fins lucrativos	38.400,00	37.966,60	433,40	
Famílias	9.000,00	0,00	9.000,00	
Outras	0,00	0,00	0,00	
Activos financeiros	0,00	102.231,00	-102.231,00	Decorrente da participação no FAM.
Passivos financeiros	1.640.243,02	1.485.877,29	154.365,73	
Resultantes do PAEL	210.989,28	205.834,70	5.154,58	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	729.253,74	680.042,59	49.211,15	
Resultantes de endividamento de curto prazo	700.000,00	600.000,00	100.000,00	
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	
<b>Total despesa</b>	<b>13.768.279,99</b>	<b>14.445.203,08</b>	<b>-676.923,09</b>	
<b>Despesa corrente</b>	<b>10.233.497,80</b>	<b>11.131.171,64</b>	<b>-897.673,84</b>	
<b>Despesa de capital</b>	<b>3.534.782,19</b>	<b>3.314.031,44</b>	<b>220.750,75</b>	
<b>Saldo (Receita - Despesa)</b>	378.957,16	-28.576,29	407.533,45	O saldo apurado foi inferior ao previsto porque as despesas (pagamentos) ultrapassaram as receitas, como consequência da recuperação de pagamentos em atraso e do incremento da atividade municipal.

**QUADRO IV: MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO E DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP  
(DÍVIDA EM 31 DE DEZEMBRO)**

(euros)

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO					
Descrição	Valores candidatura		Valores Executados 2016	Desvio	Observação / Justificação
	2016				
<b>Dívida de Curto prazo</b>					
Empréstimos de CP	700.000,00		0,00	-700.000,00	O montante total das dívidas de curto prazo foi significativamente inferior ao previsto, mesmo com a incorporação da dívida relativa à participação no FAM, na componente a liquidar no curto prazo.
Empréstimos de MLP - Valor exigível a CP	710.193,88		644.846,68	-65.347,20	
Outra	<b>4.185.601,23</b>		<b>2.510.889,92</b>	<b>-1.674.711,31</b>	
Fornecedores c/c	1.097.369,22		1.114.361,20	16.991,98	
Fornecedores de imobilizado c/c	1.327.383,03		543.479,11	-783.903,92	
Estado e Outros Entes Públicos	57.510,35		58.770,93	1.260,58	
Clientes, contribuintes e utentes	0,00		0,00	0,00	
Administração autárquica	133.677,20		0,00	-133.677,20	
Outros credores	1.569.661,43		794.278,68	-775.382,75	
<b>Subtotal Curto prazo</b>	<b>5.595.795,11</b>		<b>3.155.736,60</b>	<b>-2.440.058,51</b>	
<b>Dívida de Médio e longo prazo</b>					
Empréstimos	<b>3.577.902,58</b>		<b>2.651.370,03</b>	<b>-926.532,55</b>	O montante total das dívidas de médio e longo prazos foi inferior ao previsto, mesmo com a incorporação da dívida relativa à participação no FAM, que consta na linha de Outros Credores.
No âmbito do PAEL	2.437.050,47		1.852.512,36	-584.538,11	
Outros empréstimos de médio/longo prazo	1.140.852,11		798.857,67	-341.994,44	
Outra	<b>0,00</b>		<b>802.189,93</b>	<b>802.189,93</b>	
Fornecedores c/c	0,00		357.665,56	357.665,56	
Fornecedores de imobilizado c/c	0,00		0,00	0,00	
Estado e Outros Entes Públicos	0,00		0,00	0,00	
Clientes, contribuintes e utentes	0,00		0,00	0,00	
Administração autárquica	0,00		0,00	0,00	
Outros credores	0,00		444.524,37	444.524,37	
<b>Subtotal Médio e longo prazo</b>	<b>3.577.902,58</b>		<b>3.453.559,96</b>	<b>-124.342,62</b>	
<b>Total da dívida</b>	<b>9.173.697,69</b>		<b>6.609.296,56</b>	<b>-2.564.401,13</b>	
Dívida referente a operações de tesouraria e, se refletidas patrimonialmente, a cauções e garantias prestadas por terceiros	<b>313.920,09</b>		<b>387.321,90</b>	<b>73.401,81</b>	
<b>Total da dívida de natureza orçamental</b>	<b>8.859.777,60</b>		<b>6.221.974,66</b>	<b>-2.637.802,94</b>	

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP						
Descrição	Valores candidatura		2016		Desvio	
	2016		Valores Executados			
	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros
<b>SERVIÇO DA DÍVIDA EMLP</b>						
No âmbito do PAEL	210.989,28	116.850,32	205.834,70	54.285,27	-5.154,58	-62.565,05
Outros empréstimos de médio/longo prazo	729.253,74	152.684,72	680.042,59	13.068,15	-49.211,15	-139.616,57
<b>Total</b>	<b>940.243,02</b>	<b>269.535,04</b>	<b>885.877,29</b>	<b>67.353,42</b>	<b>-54.365,73</b>	<b>-202.181,62</b>

## 6.2. Informação relativa ao Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso

De acordo com o referido no n.º 3 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, apresenta-se informação sobre o cumprimento do Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso a 31/12/2014, assim como, o mapa com os documentos por liquidar, à data de 31/12/2015.

### **Situação a 31/12/2016:**

Montante global do PLPA:	1.142.739,65 €
Montante liquidado/regularizado em anos anteriores:	848.573,05 €
Montante previsto para 2016:	223.874,64 €
Montante liquidado/regularizado em 2016:	245.873,60 €
Montante Global por Liquidar:	48.293,00 €

### **Mapa com documentos por liquidar:**

## Plano de Liquidação dos Pagamentos em Atraso em 31/12/2014 - Documentos por Liquidar a 31/12/2016

(Nos termos do artigo 16.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na redação conferida pela Lei n.º 22/2015, de 17/03)

ID	Ano de constituição da dívida	Class. Económica	Fornecedor		Descrição	Montante	Implicações do atraso no pagamento	Ano de liquidação	Mês de liquidação	Montante Parcial	Fonte de Financiamento	Motivo
			NIF	Designação								
FACT.:RSU 96/2015	2014	020203	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	16.308,23	Juros de mora	2017	janeiro	10.837,00	RP	Acordo
FACT.:RSU 96/2016	2014	020204	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	16.308,23	Juros de mora	2017	fevereiro	963,92	RP	Acordo
FACT.:Exp.Sist.139/2014	2014	020225	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	18.078,99	Juros de mora	2017	fevereiro	9.873,08	RP	Acordo
FACT.:Exp.Sist.139/2015	2014	020226	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	18.078,99	Juros de mora	2017	março	8.205,91	RP	Acordo
FACT.:Rec.RSU 112/2014	2014	020202	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	15.952,33	Juros de mora	2017	março	2.631,09	RP	Acordo
FACT.:Rec.RSU 112/2015	2014	020203	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	15.952,33	Juros de mora	2017	abril	10.837,00	RP	Acordo
FACT.:Rec.RSU 112/2016	2014	020204	502788283	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Aquisição de bens e serviços	15.952,33	Juros de mora	2017	maio	2.484,24	RP	Acordo
N.CRÉD.:200816/2008	2008	020108	507308646	COPIGÉS - Sistemas de Identificação, S.A.	Aquisição de bens e serviços	-553,68	Juros de mora	2015	julho	-553,68	RP	Facto imputável ao credor
FACT.:2008603/2008	2008	020108	507308646	COPIGÉS - Sistemas de Identificação, S.A.	Aquisição de bens e serviços	536,56	Juros de mora	2015	julho	536,56	RP	Facto imputável ao credor
N.CRÉD.:1257/2011	2011	020201	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Aquisição de bens e serviços	-32,01	Juros de mora	2015	julho	-32,01	RP	Facto imputável ao credor
N.CRÉD.:1312/2011	2011	020201	507846044	EDP - Serviço Universal, S.A.	Aquisição de bens e serviços	-14,21	Juros de mora	2015	julho	-14,21	RP	Facto imputável ao credor
N, CRÉDITO: 0800424/2008	2008	070107	504512340	ITS - Iberica, Lda.	Aquisição de bens de capital	-144,00	Juros de mora	2015	julho	-144,00	RP	Facto imputável ao credor
DOC.INT.:4361/2014	2014	070101	106972910	José Cardoso	Aquisição de bens de capital	1250,00	Juros de mora	2015	novembro	1250,00	RP	Facto imputável ao credor
DOC.INT.:4361*/2014	2014	070101	147762316	José da Rocha Cardoso	Aquisição de bens de capital	1250,00	Juros de mora	2015	novembro	1250,00	RP	Facto imputável ao credor
FACT.:776/2011	2011	020105	508332877	Manjar do Chefe Unipessoal Lda.	Aquisição de bens e serviços	87,00	Juros de mora	2015	novembro	87,00	RP	Facto imputável ao credor
FACT.:35/2012	2012	020105	508332877	Manjar do Chefe Unipessoal Lda.	Aquisição de bens e serviços	59,10	Juros de mora	2015	novembro	59,10	RP	Facto imputável ao credor
REEMB&REST:262/2013	2013	06020301	individual	Restituição - Resíduos sólidos	Outras despesas correntes	12,00	Juros de mora	2015	novembro	12,00	RP	Facto imputável ao credor
REEMB&REST:150/2013	2013	06020301	individual	Restituição - Trabalhos por conta de particulares	Outras despesas correntes	10,00	Juros de mora	2015	novembro	10,00	RP	Facto imputável ao credor

### 6.3 Declarações de Recebimentos em Atraso, Pagamentos em Atraso e Compromissos Plurianuais existentes a 31/12/2016

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, apresentam-se, nos mapas seguintes, as declarações de recebimentos em atraso, pagamentos em atraso e compromissos plurianuais existentes a 31/12/2016.

**DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2016**

(nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Abril, na redação conferida pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março)

Vitor Manuel de Almeida Figueiredo, Presidente da Câmara Municipal, declara, nos termos do n.º 1 do art. 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação conferida pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que os recebimentos em atraso do Município de S. Pedro do Sul existentes a 31 de Dezembro de 2016, são os que constam na seguinte lista:

(Declarados de forma agregada de acordo com o n.º 1 do art. 17.º do Decreto-Lei 127/2012)

ID	Ano da Dívida	Cl. Económica	Cliente/Devedor		Descrição	Valor	Sanções aplicáveis pelo atraso no pagamento
			NIF	Nome			
Valores agregados	vários	04012301	Diversos	Clientes/devedores diversos	Mercados e feiras	16.301,15	Juros de mora
Valores agregados	vários	várias	Diversos	Clientes/devedores diversos	Água, saneamento e RSU	29.919,31	Juros de mora
Valores agregados	vários	2020603	Diversos	Clientes/devedores diversos	Processos de urbanismo	2.110,37	Juros de mora
Valores agregados	vários	040205	Diversos	Clientes/devedores diversos	Processos de contraordenação	720,60	Execução judicial
Valores agregados	vários	07020804	Diversos	Clientes/devedores diversos	Utilização de Inst. Desportivas	20.014,43	Juros de mora
Valores agregados	vários	07029999	Diversos	Clientes/devedores diversos	Universidade sénior	1.041,50	Juros de mora
Valores agregados	vários	07020904	Diversos	Clientes/devedores diversos	Transportes	26.969,29	Juros de mora
Valores agregados	vários	07029999	Diversos	Clientes/devedores diversos	Refeições escolares	663,45	Juros de mora
Valores agregados	vários	várias	Diversos	Clientes/devedores diversos	Serviços Administrativos	889,90	Juros de mora
Valores agregados	vários	várias	Diversos	Diversos clientes/devedores	Diversas	23.841,64	Juros de mora
002/0004243	2016	040299	501145575	Montalvia Construtora, S.A.	Multas e penalidades diversas	19.373,16	Execução judicial
002/0004244	2016	040299	501145575	Montalvia Construtora, S.A.	Multas e penalidades diversas	18.194,01	Execução judicial
002/0007649	2016	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64.738,43	Juros de mora
002/0004835	2016	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64.738,43	Juros de mora
002/0001168	2016	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64.738,43	Juros de mora
002/0009503	2015	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64.435,58	Juros de mora
002/0004767	2015	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64.435,58	Juros de mora
002/0005867	2015	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64.435,58	Juros de mora
002/0006204	2015	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64.435,58	Juros de mora
002/0006562	2015	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64.435,58	Juros de mora
002/0007419	2015	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64.435,58	Juros de mora
002/0008710	2015	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64.435,58	Juros de mora
002/0000763	2016	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64.738,43	Juros de mora
002/0001941	2016	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64.738,43	Juros de mora
002/0002928	2016	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64.738,43	Juros de mora
002/0003669	2016	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64.738,43	Juros de mora
002/0005444	2016	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64.738,43	Juros de mora
002/0006315	2016	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64.738,43	Juros de mora
002/0006796	2016	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64.738,43	Juros de mora
002/0008982	2016	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64.738,43	Juros de mora
002/0010084	2016	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64.738,43	Juros de mora
<b>Total</b>						<b>1.387.949,03</b>	

NOTA: Não inclui os recebimentos em atraso relativos a receitas fiscais liquidadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira, por falta de informação atualizada.

S. Pedro do Sul, 31 de janeiro de 2017

O Presidente da Câmara Municipal,



Vitor Manuel de Almeida Figueiredo

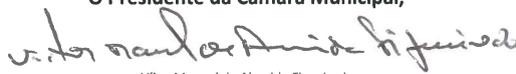
**DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2016**

(nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Abril, na redação conferida pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março)

Vitor Manuel de Almeida Figueiredo, Presidente da Câmara Municipal, declara, nos termos do n.º 1 do art. 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação conferida pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que o Município de S. Pedro do Sul não tem pagamentos em atraso a 31 de Dezembro de 2016.

S. Pedro do Sul, 31 de janeiro de 2017

**O Presidente da Câmara Municipal,**



Vitor Manuel de Almeida Figueiredo



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES EM 31/12/2016**

(nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Abril, na redação conferida pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março)

Vitor Manuel de Almeida Figueiredo, Presidente da Câmara Municipal, declara, nos termos do n.º 1 do art. 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação conferida pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de Dezembro de 2016, se encontram devidamente registados na aplicação informática de suporte à contabilidade e foram comunicados, através do sistema integrado de informação das autarquias locais, à Direção-Geral das Autarquias Locais, pelos seguintes montantes globais:

Ano	Montante
2017	9.747.096,87
2018	3.454.819,92
2019	1.753.372,60
Seguintes	76.303,73

S. Pedro do Sul, 31 de janeiro de 2017

**O Presidente da Câmara Municipal,**

Vitor Manuel de Almeida Figueiredo